



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

MARIANA KAREN ALVES DOS SANTOS

TRAÇOS DE UMA ELITE: A ELITE POLÍTICA PARAIBANA NO PÓS-1930

JOÃO PESSOA

2022

MARIANA KAREN ALVES DOS SANTOS

TRAÇOS DE UMA ELITE: A ELITE POLÍTICA PARAIBANA NO PÓS-1930

Monografia de graduação apresentada ao Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para a obtenção do título de Licenciatura em História.

Orientador: Prof. Dr. Martinho Guedes dos Santos Neto

JOÃO PESSOA

2022

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S237t Santos, Mariana Karen Alves Dos.

Traços de uma elite: a elite política paraibana no
pós-1930 / Mariana Karen Alves Dos Santos. - João
Pessoa, 2022.
55 f. : il.

Orientação: Martinho Guedes dos Santos Neto.
Monografia (Graduação) - UFPB/CCHLA.

1. Elites Políticas. 2. Paraíba Republicana. 3.
Paraíba pós-1930. 4. Era Vargas. 5. Discurso Político.
I. Martinho Guedes dos Santos Neto. II. Título.

UFPB/CCHLA

CDU 94 (813.3)

MARIANA KAREN ALVES DOS SANTOS

TRAÇOS DE UMA ELITE: A ELITE POLÍTICA PARAIBANA NO PÓS-1930

Monografia de graduação apresentada ao Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para a obtenção do título de Licenciatura em História.

RESULTADO: **Aprovada** NOTA: **9,7**

João Pessoa, 09 de dezembro de 2022

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Martinho Guedes dos Santos Neto (orientador)
Universidade Federal da Paraíba

Prof.^a Dr.^a Monique Guimarães Cittadino (examinadora)
Universidade Federal da Paraíba

Prof.^a Ms. Waniéry Loyvia de Almeida Silva (examinadora)
Universidade de São Paulo

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço à minha família, àqueles de sangue e os de consideração, que me prestaram um apoio incondicional, até mesmo sem saberem ao certo o que eu realmente estava trilhando nesta caminhada. Em especial agradeço à Alzinete Maria, minha vó (a base de tudo); meus bisavós amados imensamente Josefa e Paulo Gomes de Oliveira (*In memoriam*); meus irmãos Sérgio Sousa e Ivan Henrique e aos meus queridos do coração: Tia Betânia, Seu Iremal e Francinelly Melo, que acompanharam meus passos de perto nesta jornada.

Sou grata aos meus amigos de infância e aos que o curso de História me deu de presente. A Gustavo Rodrigo, Carlos Henrique, Gustavo Diniz, Loyvia Almeida, Zênia Melo (*In memoriam*), Rayane Brasil, João Lucas, Ana Beatriz Leite, Ana Laura, Aldenize Ladislau, Devid Carvalho, Thiago Lacombe e Augusto Lima, obrigada por terem sido meu porto seguro em todos os momentos que precisei, por todas as noites em claro montando trabalhos ou compartilhando informações importantes para seguir em frente nos dias que se seguiram até aqui.

Agradeço aos meus professores, àqueles que foram primordiais para a escolha de seguir esta profissão: Carmelo, Clécio Albuquerque e Fátima Souza. É primordial também conceder meus sinceros agradecimentos aos professores do Curso de História que colocaram cada degrau nesta escada de minha vida acadêmica. Especialmente a Monique Cittadino, por ter sido a primeira a me apresentar e encaminhar à minha área de pesquisa; Martinho Guedes, que me orientou brilhantemente durante a maior parte deste percurso, e por fim, Priscilla Gontijo e Cláudia Lago por terem sido referências em Ensino de História e me proporcionado os melhores momentos nos eventos e nos diversos dias vividos durante o curso.

Agradeço, ainda, a todos que fizeram parte de minha caminhada, os quais, direta ou indiretamente, contribuíram para que eu pudesse sempre lutar por uma educação de qualidade e democrática, buscando defender a Casa (UFPB) que me tornou muito mais que uma professora e pesquisadora, mas uma cidadã consciente, que jamais deixará de travar batalhas por um Ensino Público de qualidade e excelência. Viva a Universidade Pública e a Ciência brasileira!

A mudança, assumiu caráter de metamorfose e os 'coronéis' e as oligarquias mudaram apenas de roupa. Em essência, antes mesmo de morrer, o milagre da ressurreição se operou.

Eliete Gurjão, 1994.

RESUMO

Pretende-se com este trabalho analisar a (re)organização política da Paraíba na Era Vargas (1930-1945), visando identificar o perfil das elites políticas paraibanas bem como suas bases de poder que levam a permanência no cenário político do estado. Perpassando, ainda, pelos cenários da República Velha (1889-1930) na busca de compreender as origens dessa elite política paraibana e quais as mudanças significativas que a nova configuração de poder, proposta por Vargas, influenciaram na (re)estruturação das elites políticas e na construção da máquina estatal centralizadora. Consideramos, neste estudo, averiguar as relações políticas estabelecidas pelos representantes eleitos, principalmente nos cargos legislativos de deputados estaduais e federais, para consolidar suas redes de influência e, assim, a garantia de seus interesses por dentro da máquina burocrática-administrativa do estado, além de compreender as variações que abrangem as agremiações partidárias e quais suas influências políticas no período analisado e como as personalidades políticas conseguem se sobressair aos partidos políticos como as principais lideranças a serem seguidas no pós-1930.

Palavras-chave: Elites Políticas; Paraíba Republicana; Paraíba pós-1930; Era Vargas; Discurso Político.

ABSTRACT

This study aims to analyze the political (re)organization of Paraíba in the Vargas Era (1930-1945), aiming to identify the profile of political elites in Paraíba and their power bases that lead them to permanence in the political scenario of the state. Also, through the systems of the Old Republic (1889-1930), trying to understand the origins of this political elite of Paraíba and what significant changes the new configuration of power proposed by Vargas would influence the (re)structuring of political elites and in the construction of the centralizing state machine. We consider investigating the political relations established by the elected representatives, mainly in the legislative positions of state and federal deputies, to consolidate their networks of influence and thus guarantee their interests within the bureaucratic-administrative machine of the state. Therefore, understanding the variations that encompassed party associations, who were the political influences in the analyzed period, and how political personalities managed to outdo political parties as role model leaders in the post-30.

Keywords: Political Elites; Republican Paraíba; Post-1930 Paraíba; Vargas Period; Political discourse.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. A (RE)ORGANIZAÇÃO DE UMA ELITE: 1930 E O CENTRALISMO POLÍTICO DA ERA VARGAS NA PARAÍBA	15
2. A DANÇA DAS CADEIRAS: REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NA PARAÍBA PÓS-1930	30
3. PALAVRAS DE PODER: O DISCURSO POLÍTICO NA PARAÍBA PÓS-1930	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS	51

INTRODUÇÃO

O estudo das elites políticas promove o entendimento das engrenagens que formam as configurações do Estado a qual se inserem com o intuito de garantir seus próprios interesses e ampliar sua rede de poder. Possibilita, ainda, compreender como a sociedade se torna “refém” e parte que legitima, através de eleições, a atuação destes grupos dentro da esfera política.

Desta feita, faz-se necessário pensarmos quem são esses grupos e as famílias que os compõem, desde a formação territorial e política do nosso estado. Com essa perspectiva, passaremos a enxergar se houve um desmonte desses grupos com o centralismo de Getúlio Vargas ou se ainda sobrevivem, mesmo que tenham se adaptado ao novo ordenamento estrutural do Estado brasileiro. Mas primeiro, trataremos de responder uma outra pergunta para o melhor entendimento desta leitura: o que são elites políticas?

As elites políticas são, sobretudo, a classe dominante da sociedade, que detém influência nas esferas política, econômica e social, monopolizando esses espaços de poder e utilizando-os para benefício próprio, exercendo, assim, todas as funções políticas e controlando, também, vários recursos sociais, que podem servir para influenciar as decisões políticas (PERISSINOTTO, 2012).

São aquelas que se apropriam do pensamento de que as massas são "inerentemente incompetentes para a atividade política" (PERISSINOTTO, 2012; p. 13-19), pois a classe dominante, munida de conhecimento e detentora dos meios de produção, tem mais capacidade de tomar decisões políticas, reservando-se o direito de se inserir nas camadas políticas e nas engrenagens do Estado.

É claro que cada elite política tem suas próprias características, que dependem das sociedades em que atuam e dos processos históricos que levaram ao seu surgimento. Aqui trataremos de elites políticas presentes na Paraíba desde o Período Imperial (1822-1889), que “espalham suas raízes” para o Brasil República, ainda que com apontamentos iniciais outrossim verticalizados no contexto do pós-1930 na Paraíba.

Tratamos de grupos letrados, que possuíam os recursos econômicos necessários à época e, conseqüentemente, buscaram se inserir no campo político para ampliar sua rede de influência e poder, aumentando seu capital político, econômico e social.

O objetivo deste trabalho é, portanto, identificar as elites políticas paraibanas influentes na década de 1930, cujo marco temporal, em tese, marca um "novo" momento da

política brasileira, onde houve a tentativa de enfraquecimento dessas elites para a concentração de poder em torno do então presidente Getúlio Vargas (1930-1934).

Para tanto, a identificação das elites políticas paraibanas no pós-1930 requer, sobretudo, verificar a permanência, as continuidades e os fatores que as mantiveram neste lugar de poder durante o período analisado. Em nossas análises, perceberemos que estes grupos no pós-1930 possuem ligações intrínsecas com a República Velha (1889-1930), sendo necessário compreendermos como se definiram os laços de poder e a elite política vigente naquele período.

Na Paraíba da Primeira República (1889-1930), tem-se dois segmentos/grupos de poder primordiais: a oligarquia Alvarista e a oligarquia Epitacista. Ambas somaram cerca de 35 anos de poder direto no estado, ou seja, estavam à frente do governo da Paraíba e comandaram as engrenagens das relações políticas paraibanas.

A oligarquia Alvarista iniciou seu poder em fevereiro de 1892, quando Floriano Peixoto (1891-1894) golpeou¹ Deodoro da Fonseca (1889-1891), o que possibilitou a queda em ‘efeito dominó’, de todos os apoiadores do Marechal Deodoro. Com isso, Venâncio Neiva² (1889-1891), na época nomeado presidente do Estado da Paraíba por Deodoro, perdeu o cargo.

Floriano, então, nomeou Álvaro Machado (1892 a 1896 e de 1904 a 1908) para ocupar tal posição. Machado, Engenheiro militar, era ligado a grupos políticos e familiares de influência na Paraíba e sobrinho do Monsenhor Walfredo Leal, político assíduo, que ocupou cargos de deputado estadual, federal, foi ainda vice-presidente do Estado e senador, que por

¹ “No primeiro ano do regime republicano ocorreu um enfrentamento entre Deodoro e os descontentes com a República. Eleito presidente constitucional pela Constituinte em 25 de fevereiro de 1891, Deodoro destituiu os governantes que não haviam apoiado sua eleição. Em 3 de novembro de 1891, foi mais longe e dissolveu o Congresso. Diante, porém, da ameaça de uma guerra civil, renunciou no dia 23 do mesmo mês. Ao tomar posse em seu lugar, o vice-presidente Floriano Peixoto destituiu por seu turno os governantes que apoiavam Deodoro.” IN: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/NEIVA.%20Venâncio%20Augusto%20de%20Magalhães.pdf>> Acessado em 10.11.2022.

² “*Venâncio Augusto de Magalhães Neiva* nasceu na cidade da Paraíba, posteriormente João Pessoa, no dia 21 de julho de 1849, filho de Frederico Augusto Neiva e de Maria Josefa Cirne Neiva. Seu irmão, Tude Soares Neiva, foi governador da Bahia em 1891. Iniciou os estudos no Liceu Paraibano e bacharelou-se pela Faculdade de Direito de Olinda em 1873. Depois de formado, foi promotor público em Teixeira (PB) até 1877. Nesse ano foi transferido para Pombal (PB) e aí foi juiz municipal e, interinamente, juiz de direito até o ano seguinte. Entre 1878 e 1881 foi juiz municipal em Cunha (SP). De volta ao estado natal, foi nomeado em 1886 juiz de direito em Catolé do Rocha. Após a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, aliou-se aos republicanos da Paraíba e, por influência do general paraibano José de Almeida Barreto, foi nomeado presidente do estado pelo chefe do governo provisório da República, marechal Deodoro da Fonseca. [...] deixou o governo paraibano em 27 de novembro de 1891, substituído por uma junta governativa composta pelo coronel Cláudio do Amaral Savaget, Eugênio Toscano de Brito e Joaquim Ferreira de Carvalho. A junta governaria até 18 de fevereiro de 1892, quando foi substituída pelo novo presidente estadual Álvaro Lopes Machado.” IN: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/NEIVA.%20Venâncio%20Augusto%20de%20Magalhães.pdf>> Acessado em 10.11.2022.

sua vez era tio de José Américo de Almeida. Walfredo Leal concentrava sua força política nas regiões do brejo e litoral paraibano.

Sendo assim, Álvaro Machado não se ocupou de início em costurar aliados, pois estes já vinham atrelados a sua influência familiar. Assim que assumiu o cargo de presidente do Estado, Álvaro Machado rasgou a constituição promulgada no governo de Venâncio Neiva e iniciou uma nova configuração administrativa do estado da Paraíba, que atendesse aos principais interesses de sua oligarquia.

A oligarquia alvarista foi responsável pela organização do Partido Republicano da Paraíba (PRP)³, ao mesmo passo em que Venâncio Neiva formou o Partido Autonomista da Paraíba. Embora tenha sido retirado do poder, Venâncio ainda possuía aliados dentro da configuração-base do estado, como Eptácio Pessoa, que ocupava o cargo de deputado federal e, posteriormente, foi convidado por Campos Sales para ocupar o cargo de Ministro de Interior e Justiça⁴.

Durante a República Velha, o Estado poderia intervir nas dinâmicas municipais, sendo assim as bases alvaristas se integraram nestes espaços, principalmente nas eleições municipais de 1893 e 1896; este último ano marcou a primeira despedida de Álvaro Machado do cargo de presidente do estado, uma vez que ele havia renunciado ao cargo para concorrer ao Senado. Entretanto, suas bases continuaram a exercer influência política. Durante as eleições para cargos estaduais, as forças alvaristas se instalaram por completo dentro do aparelho estatal, ao passo em que um outro grupo de influência oligarca estava se formando como força opositora às bases alvaristas.

Este grupo foi capitaneado por Eptácio Pessoa, que havia conseguido galgar influência política no plano nacional como um dos maiores juristas do país, quando da elaboração do Código de Processo Civil e do exercício de funções diplomáticas, além de, em 1919, ter sido eleito Presidente da República sem estar no Brasil.

Esse processo fez a oligarquia alvarista se defrontar com o crescimento das bases epitacistas na Paraíba. Em 1900, quando houve eleições para compor a Assembleia

³ Vale salientar que neste período, até meados de 1945, os partidos políticos são agrupamentos de poder, onde os grandes oligarcas e chefes locais vão se agrupar para disputar os espaços políticos. Ademais, estes partidos não possuem vínculos com os de mesmo nome no cenário nacional, ou seja, o PRP paraibano não possui ligação com nenhum PRP que esteja em outro estado. Essa assimilação partidária só aconteceria em 1945 com a promulgação da Lei Agamenon, que dá o caráter institucional dos partidos, onde eles passam a ser unidades que possuem suas sedes nos estados.

⁴ Enquanto Álvaro Machado consolidava suas forças na Paraíba, Eptácio Pessoa destacava-se dentro do plano nacional por suas atividades enquanto Ministro de Interior e Justiça. Embora sua força dentro do âmbito estadual não fosse tão grande naquele momento, Eptácio era membro de uma oligarquia importante e influente, que já demonstrava poder político desde o Brasil Império (1822-1889); sua mãe era irmã do Barão de Lucena, que desempenha papéis importantes em Pernambuco, sendo parte da nobreza imperial.

Legislativa paraibana, as duas bancadas (alvarista e epitacista) elegeram deputados. Eptácio Pessoa, ao exercer o cargo de Ministro da Justiça e Negócios Interiores do Brasil e como membro da ‘Comissão de Verificação de Poderes’⁵, favoreceu a legitimidade de sua bancada.

Foram as eleições para governador do Estado em 1900 que marcaram um confronto direto entre as duas bancadas que buscavam eleger seus representantes. José Peregrino e João Tavares se elegeram como sucessores de Gama e Melo, que assumiu o poder do estado em 1896, após Álvaro Machado. O resultado dessa eleição, ainda alvarista, trouxe a constatação de que a base epitacista ainda não possuía força suficiente para eleger seu representante como governador do estado (LEWIN, 1993), recuando assim o confronto com José Peregrino, que permaneceu no cargo para o qual foi eleito até 1904.

A caracterização da política familiar tomou contornos únicos quando da sucessão ao governo do estado em 1904, quando Álvaro Machado, sentindo-se ameaçado por alguém de sua base, tentou impedir a indicação de Antônio Simeão Leal, feita por José Peregrino, ao governo do estado. Álvaro Machado precisava então ‘tomar as rédeas’ da situação:

“sem desrespeito à constituição ou à legislação eleitoral, Álvaro Machado renunciou a três anos de mandato, passou o governo definitivamente ao Walfredo Leal de sempre, e voltou para o Rio de Janeiro vitorioso e fortalecido na perene chefia. Mas, para isso, o Estado, sem contar com a eleição sucessória ordinária, teve que arcar com quatro eleições parciais extraordinárias, indispensáveis ao ajustamento político, que atendia sobretudo aos interesses e comodidades do chefe supremo. Vindo para o governo do estado, Álvaro abriu vaga no Senado, para qual foi eleito Walfredo, que, por sua vez, abriu vaga na Câmara. Para esta foi eleito Simeão Leal, que abriu vaga de Primeiro Vice-Presidente. Para esta foi eleito Walfredo, que abriu vaga no Senado. Como Vice-Presidente, Walfredo tornou-se sucessor de Álvaro, que renunciou ao governo e, em seguida, foi reeleito Senador, na vaga que ele mesmo abria há menos de um ano” (MELLO, 1982, p. 28-29).

A manobra política de Álvaro Machado permitiu a permanência do comando alvarista na política paraibana até 1912. Particularmente, a eleição para o governo do estado naquele ano foi difícil para a oligarquia alvarista. Primeiro porque seu chefe, Álvaro Machado, morreu, deixando um clima de esgotamento no governo de seu irmão e seu partido, o PRP,

⁵ A **Comissão de Verificação de Poderes** é um instrumento institucional utilizado para dar sustentação à política dos governadores, reconhecendo a legitimidade dos deputados eleitos e garantindo que eles sejam da base aliada ao governo federal. Foi criada no período imperial em 1823, mas seu ápice foi no período da República Velha (1889-1930), principalmente no governo de Campos Sales. Ver: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/COMISS%C3%83O%20DE%20VERIFICA%C3%87%C3%83O%20DE%20PODERES.pdf>. Consultado em 07 de outubro de 2022.

sem chefia. Naquele mesmo ano surgiram as “Campanhas de Salvação Nacional”, um movimento eleitoral promovido pelos militares que buscavam adentrar no âmbito político, pois acreditavam que as oligarquias empobreciam a nação.

Na Paraíba, o Coronel Rego Bastos emergiu como principal nome desse movimento. É importante notar que essa presença não ameaçava somente as bases alvaristas, mas todas as bancadas oligarcas da época. Por isso, os alvaristas buscaram o apoio de Eptácio Pessoa para afastar Rego Bastos da cena política do estado, o que foi bem-sucedido.

Foi neste momento que ambas as bases fizeram o pacto de eleger, para o governo do Estado, seus representantes: Castro Pinto e Antônio Pessoa, sendo este último irmão de Eptácio Pessoa. Uma vez que a chefia do PRP ficou vaga com a morte de Álvaro Machado e novas perspectivas de alianças surgiram entre as bases oligárquicas, Eptácio Pessoa reivindicou a liderança do partido.

Percebendo a fraqueza do momento, os aliados mais próximos de Álvaro Machado optaram por uma dupla liderança dentro do partido, onde os chefes passaram a ser Eptácio Pessoa e o Monsenhor Walfredo Leal. Mas estes acordos se mostraram efêmeros, uma vez que, em 1915, com as eleições para o Senado e a Câmara dos Deputados, houve o lançamento de duas bancadas: uma epitacista e uma walfredista.

A comissão de verificação de poderes optou pela bancada epitacista, o que não garantia a hegemonia de Eptácio dentro do PRP, visto que a parte conservadora do partido apoiava Walfredo Leal. Os momentos de tensão entre as duas oligarquias se tornaram mais frequentes quando Castro Pinto⁶ renunciou ao cargo de governador e deixou o irmão de Eptácio Pessoa, Antônio Pessoa, como interino no cargo.

Em uma viagem, que contou com a presença dos principais líderes locais da Paraíba, Eptácio havia dito que Walfredo Leal não conseguia respeitar acordos e, posteriormente, mandou um telegrama a todos da base oligárquica do PRP, intimando-os a decidir entre ele e o Monsenhor Walfredo Leal. Foi então que o PRP passou a ser Partido Republicano Conservador Paraibano – PRCP, indicando que a base oligárquica havia feito sua escolha. Eptácio Pessoa havia se tornado o chefe do partido, sendo o fim da oligarquia alvarista e iniciando *os anos de ordem epitacista*⁷.

O epitacismo, vigente na Paraíba entre 1915 a 1930, se caracterizou principalmente por ter um estilo de governo *personalista*, concentrando sua força na figura de Eptácio

⁶ Saber mais em: BRITO, Flávio Ramalho de. O Tribuno Castro Pinto e sua época. João Pessoa: Editora Ideia, 2022.

⁷ Frase utilizada por Linda Lewin para referir-se ao tempo de Eptácio Pessoa à frente da Paraíba (1915-1930), em seu livro *Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar*, de 1993.

Pessoa, que por sua vez buscava uma aproximação muito intensa com seus correligionários, trocava correspondências com todos e tinha uma política de “eleições livres e honestas”, onde ele verificava os principais nomes que poderiam exercer força política em determinado município, trazendo-os para perto de si e ampliando suas bases.

Epitácio Pessoa foi uma das figuras mais ilustres e inteligentes da história das relações políticas paraibanas. Sabia arquitetar muito bem o jogo político para colocá-lo sempre a seu favor, a exemplo do uso da “Lei Rosa e Silva”, criada em homenagem ao jurista e oligarca Rosa e Silva de Pernambuco, que tornava obrigatória a ocupação de $\frac{1}{3}$ das cadeiras legislativas pela oposição. Embora nunca fosse respeitada, Epitácio garantiu que a mesma fosse efetiva, porque dessa forma ele poderia escolher seus inimigos e em quais posições eles estariam nas cadeiras de oposição.

Ao final da Primeira República, todos os governadores da Paraíba de 1915 a 1930 foram da base epitacista e do partido ao qual ele era o chefe, o PRCP, desde Antônio Pessoa, irmão de Epitácio, a seu sobrinho João Pessoa⁸. Com isso, percebemos quão fechada e concentrada esteve a política paraibana nas mãos das grandes oligarquias durante a Primeira República (1889-1930).

Esse conjunto – fechado, familiar, de grupo, personalista e dirigido por chefes locais – nos faz questionar quais foram as rupturas e as permanências a partir de 1930, suscitadas pelo movimento que levou Getúlio Vargas ao poder. Como o poder e a representatividade política da Paraíba foi organizada e quais as suas bases? Sem a pretensão de esgotar o tema, tecemos alguns traços desses grupos, dessas elites locais.

⁸ Governadores da Paraíba pós-Antônio Pessoa até João Pessoa: Sólon de Lucena (01 de julho a 22 de outubro de 1916); Camilo de Holanda (1916 a 1920); Sólon de Lucena (1920 a 1924); João Suassuna (1924 a 1928); João Pessoa (1928 a 1930).

1. A (RE)ORGANIZAÇÃO DE UMA ELITE: 1930 E O CENTRALISMO POLÍTICO DA ERA VARGAS NA PARAÍBA

Um personagem que tornou possível a ascensão de Vargas, além de fatores como o apoio tenentista, foi João Pessoa. Ministro do Supremo Tribunal Militar e sobrinho de Epitácio Pessoa, foi governador da Paraíba de 1928 a 1930, quando disputou as eleições presidenciais, na chapa encabeçada por Getúlio Vargas, até ser assassinado em 26 de julho de 1930.

Esse desfecho teve início na década de 1920, um período de muitas transformações e marcado pela Semana de Arte Moderna, que trazia consigo o avanço cultural imerso no processo de industrialização no país. Com Epitácio Pessoa no poder como presidente da República (1919-1922), o Nordeste ganhou ênfase, favorecendo, principalmente, a elite nordestina, ao mesmo passo que enfurecia as elites paulistas e sulistas. Neste sentido, quando Arthur Bernardes assumiu a presidência do Brasil, em novembro de 1922, as verbas para a região nordeste foram bloqueadas (LEWIN, 1993).

Vários fatores tornaram o governo de João Suassuna⁹ complexo. As produções agrícolas do estado foram fortemente afetadas pelas más condições climáticas, além das ações crescentes do *banditismo* e, conseqüentemente, do *cangaço* no sertão do estado. Como o governo estadual não estava recebendo verbas devido ao bloqueio federal, o estado não tinha como financiar os chamados “volantes”, ou seja, a polícia para combater o cangaço. Portanto, os próprios chefes locais tinham seus “exércitos privados”, chamados de *jagunços*. A única solução encontrada por João Suassuna para combater o cangaço foi reforçar os armamentos dos grandes chefes locais. Enquanto isso, fazia algumas reformas na capital e mandava as poucas verbas restantes para o sertão (LEWIN, 1993).

Com pouca verba, o governo de João Suassuna na Paraíba ficou ainda mais complicado. O governador caiu em um grande impasse entre atender as exigências das oligarquias da capital, mais inclinadas ao desenvolvimento industrial na região, e as oligarquias do interior do estado, querendo sempre subsídios para movimentar a economia de base agrária do estado.

João Suassuna, no momento do seu processo de saída do governo, resolveu indicar como sucessor Júlio Lyra, o qual foi responsável pelo financiamento dos coronéis no combate ao banditismo, achando que seria uma manobra apoiada pela oligarquia agrária do sertão.

⁹ Antecessor à João Pessoa no governo da Paraíba, governou a Paraíba de 1924 a 1928.

Epitácio Pessoa, ameaçado por essa tomada de decisão que passava por cima da sua influência como chefe da oligarquia, indicou seu sobrinho João Pessoa para comandar a Paraíba a partir de 1928 (LEWIN, 1993).

Entretanto, apesar de aceito pela base oligárquica de Epitácio Pessoa, João Pessoa não conseguiu agradá-la durante seu governo. As transformações econômicas e sociais iniciadas na década de 1920, haviam gerado uma classe média urbana e um operariado crescente, sobretudo na capital do estado. Neste ponto, o governo de João Pessoa favoreceu o crescimento de uma burguesia comercial com a criação do Banco Comercial do Estado da Paraíba, o que levava, conseqüentemente, a uma modernização social, principalmente na capital paraibana. Essa iniciativa havia movimentado a economia paraibana em um patamar que diferia do exclusivismo agrário, ainda que incipiente.

Além disso, dentre as medidas mais polêmicas de João Pessoa, criticadas principalmente pelas oligarquias agrárias paraibanas, estão a reorganização do Banco do Estado da Paraíba e a criação de instituições de crédito que facilitavam a autonomia de pequenos proprietários rurais (LEWIN, 1993; p. 332-333). Ambas surtiram efeitos de duas formas: 1 - a reorganização do Banco do Estado garantia uma autonomia frente ao sistema financeiro paraibano, que se encontrava dependente de outros estados como Pernambuco; 2 - rebatia o poder dos grandes coronéis, que estavam ameaçados com a autonomia dos pequenos agricultores que antes dependiam dos mesmos dentro do *sistema clientelista*.

Foi no governo de João Pessoa que se iniciou a *guerra tributária*. As novas medidas do governo paraibano, com o rigoroso sistema de arrecadação tributária, atingiram o comércio das cidades interioranas com os estados vizinhos, tributando as mercadorias que entravam e saíam do território da Paraíba, afetando sobretudo o comércio pernambucano. Isso porque as receitas tributárias, antes não cobradas pelo governo paraibano, eram cobradas em outros estados, o que favorecia os mesmos, e os grandes donos de terra paraibanos acabavam arcando com o prejuízo dos impostos para exportar seus produtos a outros estados.

A popularidade de João Pessoa entre a elite oligárquica agrária paraibana estava cada vez mais deteriorada, o que gerou vários conflitos. O maior deles foi a “Revolta de Princesa”¹⁰. Com as novas implementações do governo e as insatisfações constantes dos coronéis, surgiu um movimento separatista encabeçado pelo coronel José Pereira, do Sertão

¹⁰ Para mais informações sobre a “Revolta de Princesa”, ver: SILVA, Auricélia Maria da. *De louco e cangaceiro a valente destemido: as representações sobre o coronel José Pereira na Guerra de Princesa (PB)*. Dissertação (Mestrado em História). João Pessoa: PPGH/UFPB, 2020.

do estado, que chefiava o território de Princesa Isabel, município paraibano que fazia fronteira com Pernambuco.

As relações comerciais de José Pereira e do município de Princesa estavam mais concentradas em Pernambuco do que com a Paraíba. Então, quando houve a implementação do sistema de arrecadação tributária, sua economia foi totalmente atingida. Paralelo a isso, vieram as eleições presidenciais de 1930, em que João Pessoa aceitou compor chapa com Getúlio Vargas.

Antes de 1930, dentro das relações da política do “café com leite” advinda da aliança de lideranças paulistas e mineiras. Naquelas eleições, seria a vez de um presidente mineiro ocupar o cargo, mas o presidente paulista Washington Luís lançou outra chapa paulista para a disputa, com o conservador Júlio Prestes e seu vice Vital Soares, que, juntos receberam o apoio de 17 governadores estaduais, ficando apenas sem a aprovação dos governos de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba¹¹.

Os três estados que não apoiaram a candidatura paulista, formaram a Aliança Liberal (AL), apoiando a candidatura de Getúlio Vargas, ex-ministro da Fazenda durante o governo de Washington Luís. Getúlio não era mineiro e sim sulista, filiado ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), e foi colocado na chapa quando os mineiros do Partido Republicano Mineiro (PRM), inseguros com sua candidatura, buscaram solidificar aliança com os estados remanescentes que não apoiaram a indicação de Júlio Prestes.

Então, o governador de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, antes o principal nome da chapa mineira, cedeu lugar para o sulista Getúlio Vargas disputar o cargo presidencial, buscando ainda fortalecer aliança com outros estados, mas o único governador que aceitou compor a chapa com Getúlio foi João Pessoa, governador da Paraíba.

Enquanto isso, na Paraíba, além das eleições presidenciais haveria as eleições para os cargos legislativos e João Pessoa indicou a não-reeleição dos representantes que já estavam nos cargos, apontando para um revezamento nos cargos. Isso acirrou ainda mais o clima da base oligárquica do epitacismo presente no legislativo paraibano, o PRP, já que não houve unanimidade na ideia de renovação da bancada.

Essa atitude de João Pessoa não era em vão: a renovação das bancadas que ocupavam as cadeiras legislativas afastaria João Suassuna, ex-presidente do estado, e sua base

¹¹ João Pessoa escreveu um telegrama a seus aliados partidários comunicando que se negava a aceitar apoiar a candidatura de Júlio Prestes nas eleições para a presidência do Brasil. Tal ato ficou conhecido como o telegrama do “NEGO”, que posteriormente estamparia a bandeira do estado paraibano até os dias atuais. No dia 1º de março de 1930 iniciou-se a luta armada no sertão do estado.

oligárquica, composta principalmente pelos Pereira Lima e pelos Dantas. Tal ato resultou no rompimento do coronel Zé Pereira com o Governo do Estado.

Isso significava que o município de Princesa se tornaria independente do estado da Paraíba. Além do mais, Zé Pereira, que antes fazia parte da base oligárquica do PRP de João Pessoa, passou a fazer parte do PRC, apoiando a candidatura de Júlio Prestes e Vital Soares para a presidência. Com Zé Pereira, vários outros importantes nomes da bancada do PRP também partiram para compor o PRC, e em 24 de fevereiro de 1930 iniciou-se o movimento separatista do município de Princesa, recebendo apoio de oligarquias influentes em Pernambuco como os Pessoa de Queiroz¹² (RODRIGUES, 1978).

João Pessoa, em contrapartida, tirou todas as verbas destinadas ao município e tentou um verdadeiro desmonte da máquina burocrática-administrativa do município. As forças do exército de Zé Pereira eram muito maiores do que a força estadual, que não possuía verba nem para armamento e munição.

Paralelo à luta armada da “Revolta de Princesa”, o candidato paulista Júlio Prestes ganhou a eleição presidencial, mesmo que o resultado tenha sido recebido com descrédito por Getúlio Vargas e seus apoiadores. Os mineiros contestaram a decisão alegando fraude eleitoral, mas não iriam empreender uma intervenção armada, isto porque tinham um histórico de gerar intervenções armadas advindas do movimento tenentista ocorrido na década de 20.

Pouco tempo antes da eclosão da luta armada no sertão, em 26 de julho de 1930, João Pessoa é assassinado em Recife-PE por João Dantas¹³. Foi com a morte do presidente de Estado da Paraíba que o governo federal interveio severamente no movimento de Princesa, enviando tropas do exército fazendo com que, em 11 de agosto de 1930, Zé Pereira entregasse todo seu arsenal.

No entanto, as tropas do governo federal permaneceram por algum tempo em solo paraibano com o intuito de manter a “paz” no estado, o que gerou críticas por parte da base aliancista, que viam tal permanência como uma forma de intervenção federal no estado. Com a morte de João Pessoa, a Paraíba entrou em estado de comoção, as bases aliadas ao governador assassinado chegaram a invadir casas e escritórios dos aliados de Zé Pereira, destruindo e causando terror aos mesmos (LEWIN, 1993).

O corpo de João Pessoa foi embalsamado em Recife e no dia 28 de julho chegou à Paraíba por via férrea, depois ficou exposto à visitação na capital até o dia 01 de agosto, onde

¹² Uma das famílias mais tradicionais de Pernambuco, ligada ao setor sucroalcooleiro. Saber mais em: <https://www.dinheirorural.com.br/a-dinastia-j-pessoa/>. Acessado em: 24 de out. de 2022.

¹³ Vale salientar que João Dantas era aliado de Zé Pereira e João Suassuna. João Dantas trocava provocações há longos tempos com João Pessoa, inclusive publicamente.

seguiu para o porto de Cabedelo até ser encaminhado para sepultamento no Rio de Janeiro. Várias personalidades políticas marcaram presença no velório do governador, as fotos do corpo foram publicadas nos jornais e promoveu-se uma verdadeira comoção a nível nacional pela enorme repercussão. O assassinato de João Pessoa¹⁴ foi o principal argumento utilizado para motivar o crescimento da oposição ao presidente eleito Júlio Prestes, ao qual foi atribuído a culpa pelo crime ocorrido. As bases de Getúlio articularam movimentos com o apoio dos militares para tomar o poder, principalmente os tenentes. Sem vias escapatórias, o ainda presidente Washington Luiz foi deposto e Getúlio Vargas assumiu o cargo.

Essa rápida e breve descrição da conjuntura política da Paraíba na Primeira República (1889-1930) nos permite entrever a concentração da organização do poder por meio dos grupos oligárquicos locais, que dominavam toda a estrutura política do estado quando ocupavam cargos públicos, distribuíam favores e exerciam o controle da estrutura sociopolítica pelo *personalismo político*¹⁵ na base correligionária dos grupos alinhados aos chefes locais (SANTOS; SANTOS NETO, 2020).

Depois de 1930, uma nova configuração de poder foi proposta por Getúlio Vargas e prometia ser uma “reviravolta” na história das elites brasileiras, onde, a partir do *centralismo estatal*, o poder central teria predominância e influência nas conformações políticas regionais e locais. E, portanto, com esse objetivo o sistema de *interventorias*¹⁶ nos estados, empreendeu o gradativo processo de centralização administrativa, cujo objetivo foi obter um maior controle da estrutura administrativa e política do país.

Não obstante, essa prerrogativa centralizadora não significou o rompimento com os grupos de poder local. Operou-se uma dinâmica que, a partir do sistema de interventorias, previa um distanciamento das elites políticas da posse das estruturas de poder nas localidades, ao mesmo passo que promoveu o (re)alinhamento gradativo dos grupos locais aos interesses, primeiro do Estado, depois dos grupos.

No caso da Paraíba, obedeceu-se a lógica do alinhamento gradativo dos grupos locais aos interesses do Estado, e não mais aos interesses dos grupos oligárquicos do centro-sul. Observou-se alguns momentos de aproximação e outros de distanciamento dos grupos de

¹⁴ Saber mais em: AIRES, José Luciano Queiroz. *A fabricação do mito João Pessoa: batalhas de memórias na Paraíba (1930-1945)*. Editora da UFCG, 2013.

¹⁵ O *Personalismo Político* é a associação da influência política em um indivíduo, onde identifica-se na figura referente a personalização de seu poder. Interpretação feita considerando os estudos presentes na obra: CODATO, Evandir. Apontamentos sobre o personalismo político paraense. **Diálogos**, v. 3, n. 1, p. 235-261, 1999.

¹⁶ Foram sistemas implementados por Vargas que davam ao presidente o poder de escolher os governadores estaduais, denominados de interventores, que estivessem alinhados com o governo federal para garantir os interesses federais e servissem como intermediários entre o poder central e o regional.

poder local, no entanto toda essa relação política esteve pautada pelo centralismo estatal e executada pela indicação de interventores – um sistema que tinha por objetivos operar o centralismo estatal pós-1930 (SANTOS; SANTOS NETO, 2019).

Com esta perspectiva, a maior parte dos interventores paraibanos preservou uma relação estrutural com os grupos locais, até mesmo por fazerem parte dela. O personalismo político e a caracterização de lideranças acabou sendo um dos instrumentos utilizados pelos grupos políticos locais para exercerem influência e/ou articular seus interesses, mesmo que de forma paulatina, frente a estrutura intervencionista.

O personalismo político nesta conjuntura assumiu o caráter de *poder simbólico*¹⁷ estimulando a identificação de lideranças estaduais e, ao mesmo tempo, a construção de espaços de lideranças no interior da estrutura estatal centralizada do Estado. Isto porque, durante a República Velha (1889-1930), o personalismo político era o próprio poder, aquele que estava à frente de determinado cargo representativo, como o caso de Epiácio Pessoa, exerceu esse caráter por deter a posição privilegiada de influência.

No pós-1930, o personalismo político entra de forma subjacente, como mecanismo para obtenção das redes de influência nos grupos políticos, na tentativa de possuir certa posição de privilégio frente às medidas centralizadoras que buscavam intervir no fluxo de atividade das elites políticas dentro da máquina do Estado.

O sistema de interventorias foi amplamente consolidado na Paraíba. Os nomes que exerceram tal cargo ao longo da Era Vargas foram personalidades ligadas às bases oligárquicas tradicionais paraibanas e que tinham relação com o primeiro interventor nomeado da Paraíba: José Américo de Almeida.

José Américo, advogado e político brasileiro influente, aliado de Epiácio Pessoa, desempenhou ações importantes no combate aos coronéis que se mostraram contrários ao movimento de 1930 no Nordeste. Isso fez com que ele fosse nomeado, em 04 de outubro de 1930, como chefe do executivo estadual e primeiro interventor paraibano, assumindo também a posição de líder do Governo Central Provisório do Norte (BARBOSA, 2020; p. 187-218)¹⁸.

Todavia, José Américo não passou muito tempo no cargo de interventor, pois foi convidado por Vargas para chefiar o Ministério de Viação e Obras Públicas. Essa nomeação não impediu José Américo de continuar a influenciar a política paraibana, pois foi responsável

¹⁷ Conceito desenvolvido por Pierre Bourdieu, demonstrado em seu livro “O poder simbólico” em 1998.

¹⁸ Entende-se por Norte os territórios que atualmente pertencem às regiões Norte e Nordeste do país. Conforme: BARBOSA, Jivago Correia. Integrando os “Brasis”: José Américo de Almeida e o Ministério de Viação e Obras Públicas durante o Governo Provisório (1930-1934). IN: *Regime de Interventorias: política e sociedade na Paraíba da Era Vargas (1930-1945)*. João Pessoa: Editora UFPB, 2020.

por nomear os seguintes interventores¹⁹: Antenor Navarro (1930-1932)²⁰, Gratuliano de Brito²¹ (1932-1935) e Argemiro de Figueiredo²² (1935-1940).

Diferentemente dos demais interventores paraibanos, Antenor Navarro possuiu um perfil bastante interessante. Após José Américo encarregar-se do Ministério da Viação e Obras Públicas no governo de Vargas, Antenor começou a dar indícios de “novos ares” através de sua colocação como interventor federal da Paraíba, a partir do dia 09 de novembro de 1930.

Embora tenha permanecido pouco tempo no governo do Estado, o fato de um engenheiro geógrafo vindo de família de classe média, sem tradição familiar na política e, principalmente, por estar atrelado a um modelo de ideais políticos, que visava interromper o poder das oligarquias locais para refazer as conjunturas políticas, era motivo de preocupação sua ascensão ao cargo.

Na Paraíba da interventoria de Anthenor Navarro, o processo de centralização estatal foi antioligárquico e afrontou as bases do poder local a partir do alijamento de tais setores das esferas do aparato estatal, valendo-se, para isto, do discurso da moralidade política - aqui entendida como ordem política a ser instaurada. (SANTOS NETO, 2018, p. 88).

No período em que Antenor esteve à frente da Paraíba, teve-se a volta dos *Conselhos Consultivos*²³, órgão presente na estrutura imperial desde 1823, cuja caracterização, por lei da Assembleia Nacional Imperial, dava aos presidentes de província a governança com o auxílio do conselho adjunto. Porém estes conselhos tiveram suas atividades interrompidas após a Proclamação da República, voltando, mesmo que por um período breve, a suas atividades entre 1931 e 1934. Os membros deste conselho na Paraíba foram: Dr. Pompeu Borges, Dr. Diogenes Caldas, Dr. Augusto de Almeida, João Luiz Ribeiro de Moraes e Waldemar Leite de Araujo (SANTOS; SANTOS NETO, 2019).

¹⁹ Para aprofundamentos sobre os processos de interventorias na Paraíba, ver: SANTOS NETO, Martinho G.; SILVA, Waniéry Loyvia de Almeida. *Regime de Interventorias: política e sociedade na Paraíba da Era Vargas (1930-1945)*. João Pessoa: Editora UFPB, 2020.

²⁰ Interventor abordado na obra: SANTOS NETO, Martinho Guedes. *Os domínios do Estado: a interventoria de Anthenor Navarro e o poder na Paraíba (1930-1932)*. Campina Grande: EDUEPB, 2018.

²¹ Interventor abordado na dissertação: SOUSA NETO, Bento Correio de. *Governo interventorial e relações de poder na Paraíba pós-1930: A administração de Gratuliano Brito (1932 – 1934)*. 2016. 242 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

²² Interventor abordado na dissertação: SILVA, Waniéry Loyvia de Almeida. *Autoritarismo, repressão e propaganda: A Paraíba no governo de Argemiro de Figueiredo (1937-1940)*. Dissertação (mestrado em História). João Pessoa: UFPB/Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, 2017.

²³ O **Conselho Consultivo** “tinha como função aconselhar, apoiar e ajudar, com responsabilidade conjunta nas decisões de maior importância do governo” (MARIZ, 1987).

Contudo, o Conselho Consultivo encerrou suas atividades com a promulgação da Constituição Federal de 1934. Com o Estado Novo (1937-1945) e a ausência de aparelhos legislativos, Getúlio Vargas determinou que em cada estado tivesse um Departamento Administrativo, para cuidar das funções legislativas, além das aprovações de projetos e retoques locais ligados aos interventores e prefeitos.

Gratuliano de Brito assumiu a administração da Paraíba após o acidente que vitimou o então interventor Antenor Navarro em 1932²⁴. Jurista, atuou como promotor na cidade de Patos antes de ser confiado ao cargo de interventor por seu primo José Américo de Almeida. Advindo de família que possuía tradição na política paraibana, seu tio e padrinho Monsenhor Walfredo Leal, foi um grande nome na década de 1920.

Colocado no cargo por José Américo de Almeida, Gratuliano sabia que essa manobra exigia alguém que despertasse sua “confiança e obediência”, pois, diferentemente de Navarro, evitaria o confronto com as elites paraibanas, além de contribuir para a construção e consolidação do poder de José Américo na Paraíba (SOUZA NETO, 2020).

Sua interventoria foi marcada por uma política pacificadora, procurando conciliar e estabelecer diálogo com os grupos de poder oposicionistas. Por mais que houvera uma reaproximação, ainda não havia sido adotada uma política econômica que favorecesse as elites açucareiras, o que desagradava a maior parte dos usineiros do litoral.

Segundo SOUZA NETO (2020), o interventor buscou modificar a estrutura política deixada por Antenor Navarro. Em seu primeiro ano de administração, foram substituídos 18 prefeitos em meio aos 39 municípios, somando mais 4 substituídos ao longo de seu governo. Essas substituições buscavam, sobretudo, dar preferência às famílias tradicionais na política paraibana.

Antes das eleições legislativas de 1934, houve uma desunião entre os membros que formaram a Aliança Liberal (AL) paraibana, que, depois da morte de João Pessoa, ficou enfraquecida e, em seguida, foi extinta. Essa cisão formou os dois principais partidos²⁵ que disputaram o pleito eleitoral legislativo da Paraíba: o Partido Progressista (PP), onde se concentrava o grupo que estava no aparelho estatal, liderados por José Américo de Almeida, e o grupo chefiado pelo irmão de João Pessoa, Joaquim Pessoa, e o advogado Antônio Botto de Menezes, que formaram o Partido Republicano Libertador – PRL.

²⁴ Antenor Navarro morreu em um trágico acidente de avião no litoral do estado da Bahia. Para saber mais, ver: SANTOS NETO, Martinho Guedes. *Os domínios do Estado: a interventoria de Antenor Navarro e o poder na Paraíba (1930-1932)*. Campina Grande: EDUEPB, 2018.

²⁵ Ver DE SOUSA NETO, Bento Correia. O governo interventorial de Gratuliano Brito e a recomposição oligárquica na Paraíba (1932-1934). IN: *Regime de Interventorias: política e sociedade na Paraíba da Era Vargas (1930-1945)*. João Pessoa: Editora UFPB, 2020. p. 91 a 97.

Em 1934, houve as eleições para a Assembleia Constituinte Estadual paraibana. O legislativo, por sua vez, seria composto pelo *sufrágio universal*²⁶, e não por indicação. Apesar de o voto secreto não possuir valor prático devido à grande influência das elites agrárias, conferiu às camadas populares, contempladas neste momento pelo alargamento da possibilidade de voto, uma sensação de democratização entre Estado e sociedade.

Uma das principais características que marcam a Era Vargas (1930-1945) foi o *trabalhismo*²⁷ e a tentativa de controle dos órgãos sindicais. Então, dentro das estruturas do Estado, sobretudo inseridos dentro de suas corporações políticas, tal ato também se fazia presente. É com isto que, dentro dos candidatos eleitos para formar as constituintes estaduais, se tinha a presença de ‘deputados classistas’ (SANTOS; SANTOS NETO, 2022).

Na Paraíba, são eleitos 4 deputados estaduais classistas, inseridos em 1935 na Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, sendo eles: Anacleto Vitorino, representante dos trabalhadores ligados às categorias de transporte; Joaquim José de Sá e Benevides, representante dos trabalhadores de profissões liberais; Raul Nóbrega da pecuária e Romualdo Rolim que representava os funcionários públicos. (SANTOS; SANTOS NETO, 2022, p. 11).

Desse modo, o quadro de eleitos no pleito de 1934 para a constituinte estadual foi composto por 31 deputados eleitos e 04 deputados classistas. Dos 35 candidatos definidos para o cargo, apenas 3 eram do Partido Republicano Liberal – PRL, enquanto o restante da Casa ficou ocupada por membros do Partido Progressista – PP, ligados à base americista²⁸. A tradição familiar de apenas 06 candidatos foi passível de identificação, enquanto os restantes não possuíam ligação ou não foram possíveis de identificar, como podemos ver abaixo:

²⁶ **Sufrágio Universal** consiste na concessão de direito ao voto pleno a todos os adultos, maiores de 21 anos, independente de sexo, classe, alfabetização, renda ou etnia.

²⁷ O **Trabalhismo** foi uma estratégia da Era Vargas (1930-1945) para suscitar um sentimento nos trabalhadores urbanos das indústrias ainda emergentes, de que estes também eram responsáveis pelo crescimento do país, que faziam parte do processo, estes que antes eram “invisíveis” para o Estado na “República Velha” (1889-1930), pois Vargas necessitava de um apoio popular que não interferisse nas medidas centralizadoras. O trabalhismo utilizava dos meios de comunicação como forma de propagação dos discursos de inserção dos trabalhadores na sociedade, servindo como moderador dos conflitos entre classes sociais no país através das questões sindicais, controladas de certa forma pelo governo e pelo impulsionamento dos direitos trabalhistas. Para mais informações, ver: GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do Trabalhismo*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005.

²⁸ Políticos ligados a José Américo de Almeida que integravam cargos públicos fazendo parte da base americista.

Tabela 1 - Representantes estaduais eleitos para o pleito de 1934

REPRESENTANTES ESTADUAIS ELEITOS EM 1934	PARTIDO POLÍTICO	TRADIÇÃO FAMILIAR
ADALBERTO JORGE RODRIGUES RIBEIRO	PP	N/I ²⁹
ALCINDO DE MEDEIROS LEITE	PP	N/I
ALUIZIO AFONSO CAMPOS	PP	N/I
AMÉRICO MAIA DE VASCONCELOS	PP	FAMÍLIA AGRIPINO/MAIA
ANTÔNIO PINTO DE OLIVEIRA	PP	N/I
CELSO MATOS ROLIM	PP	FAMÍLIA MATOS/ROLIM
EMILIANO CASTOR DA NÓBREGA	PP	N/I
ERNANI SÁTIRO E SOUZA	PRL	FAMÍLIA SÁTIRO
FERNANDO CARNEIRO DA CUNHA NÓBREGA	PP	N/I
FERNANDO PESSOA	PRL	N/I
FRANCISCO DE PAULA E SILVA	PP	N/I
FRANCISCO DUARTE LIMA	PP	N/I
FRANCISCO SERÁFICO NÓBREGA	PP	N/I
JOÃO DE SOUSA VASCONCELOS	PP	N/I
JOSÉ ANTÔNIO DA ROCHA	PP	N/I
JOSÉ DE SOUZA MACIEL	PP	N/I
JOSÉ FRANCISCO DE PAULA CAVALCANTI	PP	N/I
JOSÉ PEREGRINO DE ARAÚJO FILHO	PP	FAMÍLIA PEREGRINO
JOSÉ RODRIGUES DE AQUINO	PP	N/I
JOSÉ TARGINO PEREIRA DA COSTA	PP	FAMÍLIA TARGINO/MARANHÃO

²⁹ Todas as siglas N/I, significam “Não Indicado”.

JOSÉ TAVARES DE MELO CAVALCANTE	PP	N/I
LAURO DOS GUIMARÃES WANDERLEY	PP	N/I
MIGUEL SEVERINO BASTOS LISBOA	PP	N/I
NEWTON NOBRE DE LACERDA	PP	N/I
OCTÁVIO THEODORO AMORIM	PP	N/I
ODILON DA SILVA COUTINHO	PP	N/I
PEDRO ULYSSES DE CARVALHO	PP	N/I
RAPHAEL SEBAS	PP	N/I
RAYMUNDO VIANA DE MACEDO	PP	N/I
SEVERINO DE ALBUQUERQUE LUCENA	PRL	FAMÍLIA LUCENA
TERTULIANO CORREIA DA COSTA BRITO	PP	N/I

Fonte: Elaborado através das pesquisas realizadas pela autora durante a vigência de suas atividades no PIBIC/PROPEQ-UFPB, entre os anos de 2018 a 2022.

Com uma base política essencialmente ligada ao *familismo*³⁰, é essencial destacarmos a presença dos candidatos eleitos com tradição familiar explícita na política. A maior parte dessa herança política no pós-1930 vem da Primeira República (1889-1930), onde seus parentes foram eleitos a cargos legislativos; alguns ainda possuíam ligação mais antiga, com presenças familiares que advém do Império. Discutiremos estes perfis com especificações mais à frente.

É importante destacar que os partidos políticos de 1930 a 1945 não foram de grande importância para as relações políticas, pois neste primeiro momento os personalismos políticos como forma de influência se sobressaíram para além dos arranjos partidários, que ainda não tinham ligações com partidos de outros estados, embora pudessem possuir os mesmos nomes e siglas.

³⁰ Entende-se por **familismo**, uma estratégia de poder ligada aos arranjos familiares estabelecidos dentro da estrutura política do Estado, onde mais de um indivíduo de uma mesma família possuem atuação em cargos públicos costurando assim uma rede de poder simbólico entre os parentes para consolidar a presença dos mesmos dentro dos cargos políticos. Interpretação feita a partir dos estudos levantados na obra: MIOTO, Regina Célia Tamaso; CAMPOS, Marta Silva; CARLOTO, Cássia Maria. *Familismo direitos e cidadania: contradições da política social*. Cortez Editora, 2015.

Os partidos políticos existentes antes do Estado Novo (1937-1945) serviram de agrupamentos políticos, apenas utilizados para institucionalizar as candidaturas e demonstrar lados. Ligados principalmente por chefes políticos para organizar seus correligionários nesses partidos, era comum que um dos membros do conflito saísse do partido e formasse sua própria legenda partidária em caso de rachadura intrapartidária, reagrupando seus apoiadores.

Ainda assim, os principais moldes dos conflitos entre as agremiações eram por acusações de receber em seu partido personalidades que degradavam a memória de João Pessoa. Mesmo que ambas tivessem agrupado indivíduos políticos influentes que formaram a oposição ao movimento de 1930, era um conflito intenso principalmente porque o PP se dizia “legítimo continuador da política iniciada por João Pessoa” (SOUSA NETO, 2020; p. 92).

Embora o Partido Progressista (PP) tenha emplacado seu chefe José Américo de Almeida e Manuel Veloso Borges como senadores e Tertuliano de Brito para o cargo de deputado estadual, não conseguiram manter Gratuliano de Brito como interventor, mas como deputado federal, empregando, assim, os principais nomes da agremiação nos cargos legislativos.

Mesmo estabelecendo uma política de boas relações com os oposicionistas, era necessário alguém que tivesse o apoio de ambos os lados para o cargo de interventor. Desta feita, surgiu a indicação de Argemiro de Figueiredo, em substituição a Gratuliano de Brito na interventoria paraibana de 1935 a 1940.

Com a instauração da Assembleia Constituinte Estadual e a eleição de Argemiro de Figueiredo como governador do Estado, a hegemonia política da Paraíba passou pelo desenho político proposto pelo Partido Progressista – PP, que possuía o maior número de representantes na Assembleia e seus respectivos chefes (Argemiro de Figueiredo e José Américo de Almeida) em cargos a nível estadual e federal: os de Governador e Senador (SANTOS; SANTOS NETO, 2020).

Argemiro de Figueiredo, advindo de tradicional família paraibana, advogado, filho de coronel, já havia sido secretário do governo de Gratuliano e surgiu como um nome pacificador dos conflitos que regiam as discussões internas no PP. Argemiro foi eleito pelos deputados estaduais, em sua maioria do seu próprio partido.

Economicamente, o governo argemirista buscou intermediar ações que favoreciam tanto a principal base econômica do estado – a base agrária – quanto o desenvolvimento industrial no estado. Ao lado da família Ribeiro Coutinho, destinou investimento às usinas açucareiras, fortalecendo suas bases de apoio tanto nas elites mais tradicionais agrárias quanto nas industriais.

Figueiredo desempenhou papéis importantes durante sua interventoria na Paraíba. Buscou combater em 1935 a Intentona Comunista no estado, tomando medidas preventivas para que a Intentona, ocorrida no Rio Grande do Norte não avançasse na Paraíba.

A repressão ao movimento revolucionário na Paraíba resultou na prisão e vasculhamento de diversos locais considerados suspeitos aos olhares militares que se encontravam nas ruas. A repressão do governo interventista de Argemiro de Figueiredo foi saudado por diversos oligarcas paraibanos, onde chegou a ser “apresentada na Assembleia Legislativa uma moção de congraçamento em virtude da postura adotada por Argemiro de Figueiredo no combate ao credo bolchevista.” (SILVA, 2017. p. 65.)

Durante a corrida presidencial de 1937, José Américo de Almeida lançou sua candidatura ao cargo e, com isso, houve uma coalizão das forças políticas paraibanas. Tanto o PP quanto o PRL declararam apoio ao candidato, que tanto beneficiou ambas as bases durante sua estadia como Ministro de Viação e Obras Públicas. Ademais, foi graças à sua grande ajuda com obras voltadas ao combate às secas na Paraíba que, mesmo com o golpe do Estado Novo (1937-1945) e o consequente fechamento das casas legislativas, a base americista garantiu solidez no processo de ressignificação desses grupos políticos por dentro da esfera estatal (SANTOS; SANTOS NETO, 2020).

A institucionalização do Estado Novo (1937-1945) possibilitou o controle dos espaços de poder pelo poder central. Contudo, o Estado ditatorial de Getúlio Vargas não verticalizou o combate às relações personalistas e de alinhamento clientelista nos espaços regionais e locais. Com isso, Argemiro de Figueiredo passou por uma brusca ampliação e centralização de seu poder. Argemiro consolidou suas alianças na preservação das relações com os grupos algodoeiros e também assegurou-se na influência das elites influentes da Igreja Católica³¹ para intensificar sua política anticomunista, em plena consonância com o poder central. Acontece que a intensificação de suas responsabilidades gerou desgastes em seu governo.

As bases ligadas a Argemiro começaram a desenrolar atritos com os que estavam fora do governo argemirista, como é o caso da família Pessoa, liderada por *Epitacinho*³², que se instaurou no governo estadual através da secretaria de educação, buscando reestruturar o poder de seu sobrenome.

No cargo de secretário, *Epitacinho* começou uma campanha difamatória que visava desestruturar a administração de Figueiredo (SYLVESTRE, 1993). Argemiro, então, decidiu

³¹ As elites influentes da Igreja Católica ocupam este ambiente pois se apropriam dos espaços comuns públicos para consolidar sua rede de poder, na tentativa de se fazer influente nas camadas públicas da sociedade.

³² Epitácio Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, conhecido como Epitacinho, era filho de João Pessoa.

acabar com a secretaria, deixando *Epitacinho* sem ocupação no governo. Como consequência, o então ex-secretário promoveu o maior desgaste da interventoria (SILVA, 2017).

A instabilidade no governo de Argemiro levou Vargas a nomear Rui Carneiro³³ como interventor. Segundo Silva (2020), já havia sido pedido por Figueiredo que Vargas o exonerasse do cargo. Rui foi visto como uma pessoa alheia aos conflitos ocorridos entre as principais lideranças das bases políticas paraibanas, devendo concentrar-se na máquina burocrática-administrativa estatal.

Carneiro trabalhava como secretário do presidente do Banco do Brasil³⁴, o Dr. João Marques dos Reis. Com isso, acabou construindo uma relação com Vargas ao passo em que algumas decisões envolvendo o Banco do Brasil, acarretavam no encontro de Rui com Vargas. Em um desses encontros, Getúlio fez diversas perguntas sobre a Paraíba e através de suas respostas, percebeu-se um enorme conhecimento de Rui sobre a política paraibana, fazendo com que Vargas fizesse-lhe o convite para assumir o lugar de interventor, antes ocupado por Argemiro de Figueiredo.

Rui Carneiro foi advogado e descendente da família Vieira Carneiro, de origem portuguesa, que também possuía tradição política em seu seio familiar. Em seus tempos de interventor, buscou um direcionamento de governo diferente, focou em “contornar problemas de ordem política e administrativa” (SILVA, 2021, p. 91).

Posteriormente, Rui procurou construir uma base de governo sólida, que no pós-45 seria a base para a formação do Partido Social Democrático (PSD). Realizou reformas administrativas que reforçavam a centralização, sintonizadas com a política do Estado Nacional, minimizando a instabilidade política em seu governo, quando implantou todas as reformas administrativas Nacionais desenvolvidas por Getúlio Vargas.

Na Paraíba, o período de euforia se deu, principalmente, com o pluripartidarismo e a regulamentação nacional dos partidos, pois a “Lei Agamenon” (1945), que tornava obrigatório o registro dos partidos políticos vinculados aos de caráter nacional, provocou o rearranjo dos grupos de poder locais para atender às novas demandas, mas sem perder o controle do cenário político paraibano.

³³ Para aprofundamentos no que tange a interventoria de Rui Carneiro na Paraíba, ver: SILVA, Jean Patrício da. *A construção de uma nova ordem: análise da interventoria de Rui Carneiro no estado da Paraíba (1940-1945)*. Dissertação (Mestrado em História). João Pessoa: PPGH/UFPB, 2013.

³⁴ Sobre como se desenhou o convite para exercer a função de interventor na Paraíba, ver a entrevista de Rui Carneiro concedida à equipe do CPDOC, no ano de 1977, disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/storage/historal/arq/Entrevista239.pdf>.

Entretanto, o novo agrupamento resultou na polarização formalizada entre os trabalhistas (PTB e PSD) e os antigetulistas, que permaneceram na UDN³⁵. Essa divisão também foi fomentada por Rui Carneiro (1940- 1945), último interventor paraibano, que, junto ao seu grupo político, fundaram o PSD³⁶, enquanto José Américo de Almeida e Argemiro de Figueiredo, que também foram interventores paraibanos e advindos de famílias tradicionais na política do Estado, se abrigaram na UDN, onde brigavam pela liderança do partido.

Mesmo com a grande quantidade de mudanças, um olhar mais cuidadoso evidencia a superficialidade do novo. Nenhuma das concessões alterou a essência do fazer político. As suas engrenagens foram conservadas, permanecendo inalteradas e intactas. A elite *carcomida* da Primeira República havia, de fato, sido alijada do poder, no entanto fora substituída pelos seus próprios herdeiros políticos.

³⁵ A **União Democrática Nacional (UDN)**, chefiada por José Américo de Almeida e Argemiro de Figueiredo, foi a base de apoio ao governo getulista na Paraíba.

³⁶ O **Partido Social Democrático (PSD)**, fundado por Rui Carneiro, possuía um caráter antigetulista e fazia oposição à UDN.

2. A DANÇA DAS CADEIRAS³⁷: REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NA PARAÍBA PÓS-1930

Na Paraíba, a maioria dos homens que ocuparam cargos públicos e de prestígio durante a década de 1930 e 1940 fez parte dessa *tradição familiar e letrada*. Muitos deles se formaram médicos, outros engenheiros, mas a sua maior parcela se enveredou pela área do Direito, concluindo seus estudos principalmente na Faculdade de Direito do Recife. Dentre estes, podemos destacar os ex-interventores Gratuliano Brito e Argemiro de Figueiredo. Todos eles, além da formação superior, traziam consigo um cabedal muito maior: o nome familiar.

A *tradição familiar* refere-se à recorrência de graus de parentesco que os representantes possuíam com outros indivíduos atuantes na política paraibana. Durante a Primeira República (1889-1930), a reincidência de parentes dentro dos cargos públicos era legitimada através das colocações nos cargos públicos por seus familiares influentes e atrelada ao *sistema coronelístico*³⁸ então vigente.

Essas ações impulsionam o *poder simbólico*³⁹ familiar na política paraibana, que vem a ser predominante até os dias atuais. Os *espaços de poder* foram sendo preenchidos pelas elites dominantes, que se enraizaram na política paraibana através, principalmente, de uma tradição familiar e do peso de ser também uma *elite letrada*⁴⁰. Isso significa perceber o poder a partir de bases de influência atreladas a tradição, a elementos que reportam a credibilidade de determinados grupos ao exercício da função pública, ao passo em que reforçam a consolidação de um campo social-econômico-político bem definido quando se trata de perceber a representatividade política.

O crescimento desse *poder simbólico* está atrelado às características existentes no *campo político* em que estes atuam. O *campo político*, na concepção de Bourdieu (1998), é em uma de suas diversas interpretações, um espaço simbólico no qual os agentes sociais determinam e legitimam seus representantes e os caracterizam como espaço de definições,

³⁷ Título de referência ao trabalho realizado por Mônica Helena H. S. Goulart em sua obra intitulada “A Dança das cadeiras: Análise do Jogo Político na Assembleia Legislativa do Paraná (1889-1930)”, de 2014.

³⁸ Entende-se por **sistema coronelístico**, uma estrutura de poder baseada na figura do coronel, enquanto indivíduo que defende interesses privados, exercendo influência na esfera do poder público. Esse sistema começou a ser desenvolvido no seio municipal e com a Primeira República (1889-1930) passou a ser difundido nacionalmente. Ver: LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Editora Companhia das Letras, 2012.

³⁹ Termo usado por Pierre Bourdieu na obra: *O poder Simbólico*, de 1998.

⁴⁰ Termo utilizado por José Murilo de Carvalho em “A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial”, de 2018. Para referir-se às elites imperiais que utilizavam de sua formação educacional como forma de distinção social.

acomodações, estratégias e discursos, possibilitando a constituição de um *habitus de poder*⁴¹ como produto de um conjunto de ações, subjetivas, articuladas, relacionadas e experienciadas a partir de um lugar social.

O *habitus*, quando implementado no *campo político*, busca efetivar-se como principal ferramenta para a obtenção de um *poder simbólico*, tornando os atores políticos protagonistas do cenário político. É possível encontrar esses fatores quando identificamos as elites políticas e seus comportamentos dentro das dinâmicas de poder (SANTOS; SANTOS NETO, 2021).

Além disso, o laço familiar permanece presente na política paraibana não somente nas décadas de 1930 e 1940, mas até os dias atuais. De forma que um *habitus*, cujo capital incorporado de ação e estratégia política, dialoga com uma prática de ação política que se alia à capacidade criativa e volitiva do agente do poder e tende a se constituir como permanência, ainda que os jogos de poder apresentem contextos diferenciados ao longo da história. Essas características e os laços constituídos podem variar de um espaço político/geográfico para outro. No caso da Paraíba, o capital simbólico e o *habitus de poder* tendem a ser moldados por uma permanência de base familiar muito longa. Por exemplo: a família Targino/Maranhão, cujo capital simbólico-familiar remonta à Primeira República.

José Targino Pereira da Costa é primo do político profissional Zé Maranhão, influente na Paraíba até seu falecimento, em 2021, onde deixou o cargo no Senado para sua suplente Nilda Gondim⁴². Dentre seus muitos mandatos, podemos destacar suas atividades como deputado estadual (1954 a 1966), deputado federal (1982 a 1990) e seu longo período de atividade no Senado, onde começou suas atividades em 2002.

Desde o período imperial (1822-1889), os ‘doutores’ exerceram atividades em cargos públicos, especialmente os formados em Direito. Segundo Carvalho (2018), as famílias tradicionais participantes da elite brasileira também se tornaram as elites intelectuais, quando buscaram formar seus descendentes em Portugal para que retornassem ao Brasil e ocupassem cargos públicos.

⁴¹ Traduz o sistema de repertórios e os modos de pensar, gostos, comportamentos, estilos de vida e, se pensados no campo de poder, articula uma *práxis* que busca promover uma leitura de mundo e uma prática de relações para com a sociedade. É a articulação dos capitais econômico, cultural, social e simbólico que confere a determinados grupos alta posição na hierarquia social. O **habitus do poder** é simultaneamente individual e coletivo, uma mediação entre sociedade e indivíduo. Pertence ao domínio coletivo de um grupo ou classe, quando estabelece estratégias internalizadas subjetivamente como prática de poder e/ou dominação e/ou influência dos que compõem essa classe, o que dá a eles uma gama de ações entre as quais eles escolherão e exercerão as que considerarem mais adequadas em suas relações sociais.

⁴² Nilda Gondim vem de uma família tradicional paraibana influente, que dedica suas atividades profissionais à política. Filha do ex-governador da Paraíba Pedro Gondim, que ficou no cargo de 1958 a 1960. Divide suas atividades atuais no Senado com seu filho, também senador, Veneziano Vital do Rêgo. Todos têm relações de parentesco através da linhagem política e familiar do ex-interventor paraibano Argemiro de Figueiredo.

A principal característica de distinção social na História é a formação educacional. Esse fator é o que separa a elite do povo e é o que, também, os fazem exercer privilégios dentro da sociedade. Na Paraíba, a *formação em ciências jurídicas*, a presença de uma *tradição familiar* e uma *atividade econômica ligada à terra* faziam parte do perfil dos representantes⁴³ políticos mais influentes do Estado, desde a República Velha.

A *atividade econômica ligada à terra* é uma herança hereditária das elites oligárquicas atuantes na Primeira República. Como base econômica principal do estado na época, o setor agropecuário possuía grande importância e influência nas relações políticas e econômicas que moldaram a Paraíba. Durante o pós-1930, o governo Vargas tinha um direcionamento econômico voltado ao desenvolvimentismo nacionalista. O crescimento industrial passou a ser significativo, mas não representava a principal receita do estado paraibano. Portanto, as elites econômicas, também como parte das elites políticas, buscavam se inserir dentro da estrutura do Estado para garantir subsídios aos seus respectivos setores.

Por esse motivo, os interventores tiveram que conciliar os interesses da elite agrária e usineira do interior do estado com as preferências de uma emergente elite comercial e industrial nos arredores da capital paraibana. Ambos atuavam de forma conflitante, pois acreditavam que a receita deveria subsidiar seus próprios setores com certo favoritismo em detrimento aos outros setores.

Essas características se fazem presentes no perfil da elite política paraibana no pós-1930 e, através de sua junção, se tornam efetivas no processo eleitoral, indicando uma reeleição dos mesmos candidatos para os cargos que já ocuparam ou similares, pois o que faz uma elite política é a manutenção da mesma nos cargos públicos representativos. Podemos, então, ver no quadro a seguir o perfil dos deputados estaduais eleitos no pleito de 1934.

Quadro 1 - Perfil dos Representantes Estaduais eleitos em 1934

FORMAÇÃO SUPERIOR	ATIVIDADE ECONÔMICA	TRADIÇÃO FAMILIAR	MANDATOS EXERCIDOS
43,8% Direito/Ciências Jurídicas 15,6% Médicos 40,6% outros	34,4% eram advogados e fazendeiros 25% eram fazendeiros 40,6% exerciam outras atividades	18,75% possuem tradição familiar 81,25% não foram identificados	46,9% exercem outros mandatos, anterior ou superior ao pleito de 1933/1934

Fonte: Elaborado através das pesquisas realizadas pela autora durante a vigência de suas atividades no PIBIC/PROPESQ-UFPB, entre os anos de 2018 e 2022.

⁴³ Esse perfil foi elaborado e analisado nas vertentes de uma pesquisa prosopográfica, utilizando como referência, os estudos de STONE (2011) e MONTEIRO (2014).

É preciso compreender, ainda, que há uma hierarquia entre os cargos políticos, ou seja, alguns cargos possuem mais rotatividade que outros. Por ordem hierárquica temos: vereadores, prefeitos, deputados estaduais e governadores; e os cargos federais: deputados federais, senadores e presidentes.

O candidato que começava a partir de qualquer um desses cargos tinha a intenção de ascender politicamente. Se determinado representante entrasse no cenário político como deputado estadual, ele deveria permanecer no cargo em busca de uma reeleição ou partir para compor outros cargos dentro da estrutura hierárquica, que estavam acima do que ele já havia exercido, ou seja, busca uma migração para governo do estado ou parte para os cargos federais de deputado federal e senador.

Havia também uma tentativa de monopolização dos cargos políticos: muitos candidatos permaneceram pelo número máximo de mandatos permitidos nos cargos. Alguns desses cargos eram mais difíceis de serem alcançados e demandavam uma vasta experiência política ou uma rede de influência consolidada na sua região de atuação, como era o caso das vagas para o Senado. Historicamente, o cargo de senador é uma das camadas representativas do Estado mais antigas no cenário político brasileiro.

Segundo Carvalho (1998), durante o período imperial o cargo de senador era vitalício, o que limitava a mobilidade entre os indivíduos que ocupavam esse cargo. Além disso, o cargo de senador possui, até hoje, um extenso período de mandato em comparação aos outros cargos legislativos. A lógica dos cargos políticos no Brasil é de que quanto mais bem posicionado for hierarquicamente, menos frequente é a rotatividade do cargo.

Caso ocorresse de o candidato optar por um cargo que apresentava retrocesso na vida política do representante, isso significava, na maioria dos casos, que houve uma perda de força política na rede de influência em que o mesmo participava, daí a necessidade de optar por um cargo mais abaixo na hierarquia dos cargos políticos em prol da sobrevivência política do indivíduo.

Nestes termos, quando consideramos o campo político em que os representantes do poder na Paraíba, depois de 1930, estiveram inseridos, percebemos que a rotatividade política admitiu a inserção de novos nomes, mas, majoritariamente, esses nomes estiveram ligados a um capital político familiar e/ou econômico já conhecido, que já circulou pelas estruturas do poder. Isso não significava abortar a possibilidade de renovação dos quadros do poder, mas, em alguma medida, limitá-los a um capital político já estabelecido no estado.

Dos deputados estaduais eleitos para compor a Assembleia Legislativa da Paraíba em 1934, temos 15 que já haviam exercido ou continuariam em atividades políticas, quase metade dos representantes que compuseram a Casa, como podemos ver a seguir.

Tabela 2 - Representantes estaduais e suas atividades em cargos políticos anteriores ou posteriores a 1934

REPRESENTANTE	MANDATOS EXERCIDOS
ADALBERTO JORGE RODRIGUES RIBEIRO	DEPUTADO ESTADUAL: 1934-1937 SENADOR: 1945-1951
ALUIZIO AFONSO CAMPOS	DEPUTADO FEDERAL: 1983-1991 DEPUTADO ESTADUAL: 1935-1937 e 1951-1955 DEPUTADO FEDERAL: 1983-1986 e 1986-1988
AMÉRICO MAIA DE VASCONCELOS	PREFEITO DE CATOLÉ DO ROCHA: 1930-1934 DEPUTADO ESTADUAL: 1934-1937 DEPUTADO ESTADUAL: 1950-1954/1954-1958 e 1958-1962
CELSON MATOS ROLIM	DEPUTADO ESTADUAL: 1935-1937 PREFEITO DE CAJAZEIRAS: 1937-1940
ERNANI SÁTIRO E SOUZA	DEPUTADO ESTADUAL: 1934-1937 DEPUTADO FEDERAL: 1945-1950/1950-1954/1954-1958 e 1958-1969 GOVERNADOR DA PB: 1971-1975 DEPUTADO FEDERAL: 1979-1986
FERNANDO CARNEIRO DA CUNHA NÓBREGA	DEPUTADO ESTADUAL: 1934-1937 PREFEITO DA CAPITAL: 1938-1940 DEPUTADO FEDERAL: 1946-1951 e 1953-1955
FRANCISCO DUARTE LIMA	DEPUTADO ESTADUAL: 1934-1936 SENADOR: 1936-1937
FRANCISCO SERÁFICO NÓBREGA	DEPUTADO ESTADUAL: 1904-1905 GOVERNADOR DA PB: 1905-1908 DEPUTADO FEDERAL: 1909-1914 DEPUTADO ESTADUAL: 1934-1937
JOSÉ DE SOUZA MACIEL	VEREADOR: 1928-1932 DEPUTADO ESTADUAL: 1934-1937 e 1945-1950
JOSÉ RODRIGUES DE AQUINO	DEPUTADO ESTADUAL: 1934-1937 e 1937-1940
JOSÉ TARGINO PEREIRA DA COSTA	PREFEITO DE ARARUNA-PB: 1919-1921 DEPUTADO ESTADUAL: 1921-1930 e 1934-1937 VICE-GOVERNADOR: 1947-1950 GOVERNADOR DA PB: 1950-1951
MIGUEL SEVERINO BASTOS LISBOA	DEPUTADO ESTADUAL: 1934-1937 VEREADOR: 1947-1951

	PREFEITO DA CAPITAL: 1947-1948
PEDRO ULYSSES DE CARVALHO	DEPUTADO ESTADUAL: 1916-1919/1920-1923/1924-1927/1928-1930/ 1934-1937
RAYMUNDO VIANA DE MACEDO	DEPUTADO ESTADUAL: 1934-1937 PREFEITO DE CAMPINA GRANDE-PB: 1945-1946 DEPUTADO ESTADUAL: 1946
TERTULIANO CORREIA DA COSTA BRITO	DEPUTADO ESTADUAL: 1934-1937 PREFEITO DE SÃO JOÃO DO CARIRI-PB: 1940-1946 DEPUTADO ESTADUAL: 1947-1950 e 1950-1954

Fonte: Elaborado através das pesquisas realizadas pela autora durante a vigência de suas atividades no PIBIC/PROPESQ-UFPB, entre os anos de 2018 e 2022.

Um outro fator importante, a ser destacado dentro do perfil dos representantes paraibanos, é que quando houve uma recorrência de mandatos, as principais atividades econômicas do candidato permearam entre o indicativo anterior, ou seja, a interligação com a terra/setor agropecuário; as atividades de acordo com a formação superior obtida e as atividades como político, que passaram a ser incorporadas profissionalmente por esse representante já que, em boa parte de sua vida, a carreira principal desenvolvida foi a política. Neste sentido, esses indivíduos podem ser chamados de *políticos profissionais*⁴⁴, quando sua principal atividade laboral passa a ser atrelada a sua carreira política. Além de garantir seus interesses econômicos, buscavam sua sobrevivência e permanência nos espaços de poder.

Apenas o deputado federal Isidro Gomes da Silva não possuía atividades políticas em outros mandatos, pois não foi possível identificar a existência dos mesmos. Já o candidato José Pereira Lyra participou do cenário político paraibano no pleito de 1934, não retornando posteriormente e, também, sem registros de participações anteriores. Entretanto, todos os seus outros colegas de cargo possuem mandatos anteriormente ao exercido cargo em 1934, como podemos conferir na tabela a seguir.

Tabela 3 - Representantes federais eleitos no pleito de 1934

DEPUTADO	PARTID O	FORMAÇÃ O SUPERIOR	ATIVIDADE ECONÔMICA	TRADIÇÃO FAMILIAR	MANDATOS EXERCIDOS
ANTONIO BOTTO DE MENEZES	PRL	DIREITO	ADVOGADO	N/I	DEPUTADO ESTADUAL: 1928-1930 DEPUTADO

⁴⁴ Termo empregado por Renato Perissinotto e Adriano N. Codato (Org.), no livro *Como Estudar Elites*, em 2015.

					FEDERAL: 1934-1937
GRATULIANO DA COSTA BRITO	PP	DIREITO	ADVOGADO	N/I	INTERVENTOR DA PARAÍBA: 1932-1934/ DEPUTADO FEDERAL: 1934-1937
HERECTYANO ZENAYDE	PP	DIREITO	ADVOGADO/ USINEIRO	SIM/ SEU PAI FOI DEP. PROVINCIA L 1886-1889 e DEP. FEDERAL 1897-1900 /1903-1908	DEPUTADO ESTADUAL: 1912-1915/ 1924-1930 PREF. DE ALAGOA GRANDE-PB: 1916-1923/ DEPUTADO FEDERAL: 1934-1937
ISIDRO GOMES DA SILVA	PP	DIREITO	ADVOGADO/ COMERCIANTE	N/I	N/I
JOSÉ GOMES DA SILVA	PP	MEDICINA	MÉDICO	N/I	PREFEITO DE ITAPORANGA-PB : 1930-1934/ DEPUTADO FEDERAL: 1934-1937/ GOVERNADOR DA PB: 1946-1947
JOSÉ PEREIRA LYRA	PP	DIREITO	ADVOGADO	N/I	DEPUTADO CONSTITUINTE FEDERAL: 1933-1935
MATHIAS FREIRE	PP	CÔNEGO	CÔNEGO/ JORNALISTA	N/I	DEPUTADO ESTADUAL: 1908-1914 DEPUTADO FEDERAL: 1934-1937
ODON BEZERRA CAVALCANTI	PP	DIREITO	ADVOGADO	SIM/ PRIMO DE CLÓVIS BEZERRA CAVALCANT I, GOV. DA PB ENTRE 1982-1983	PREFEITO DE BANANEIRAS-PB : 1928-1929/ DEPUTADO FEDERAL: 1934-1937/ INTERVENTOR DA PB: 1946-1947/ DEPUTADO ESTADUAL: 1947-1949

SAMUEL VIDAL DUARTE	PP	DIREITO	ADVOGADO	N/I	DEPUTADO FEDERAL 1934-1937; GOVERNADOR DA PB: 15/07/1945 a 06/11/1945/ DEPUTADO FEDERAL: 1945-1950/ 1951-1954
---------------------	----	---------	----------	-----	---

Fonte: Elaborado através das pesquisas realizadas pela autora durante a vigência de suas atividades no PIBIC/PROPESQ-UFPB, entre os anos de 2018 a 2022.

No quadro acima, podemos observar a forte influência do Partido Progressista – PP. Na Assembleia Legislativa da Paraíba, das 31 cadeiras disponíveis, apenas 03 foram ocupadas pelo partido de oposição, o PRL, enquanto os 28 lugares restantes foram preenchidos por deputados do PP.

Da mesma forma, é possível observar a relevância desse partido, que elegeu, para o cargo de deputado federal, boa parte de seus representantes. O PP conseguiu ocupar 08 das 09 vagas para o cargo. Isso mostra a ineficiência da força opositora nos cargos legislativos, já que não possuíam forças expressivas para contestar ou apresentar resistência às atividades parlamentares dos membros do PP. Esse cenário se tornou ainda mais explícito com a eleição de Argemiro de Figueiredo para governo do Estado em 1935, onde seus correligionários do PP aprovaram seu cargo à frente da Paraíba por unanimidade, já que os votos contrários do PRL não somaram como obstáculos suficientes para barrar sua posse.

Na Paraíba, quando foi estabelecida a Assembleia Constituinte Estadual em 1935, o partido que dominava as cadeiras da Casa era o Partido Progressista (PP), que ocupava 27 lugares dos 30 disponíveis e os 3 últimos lugares restantes foram ocupados por representantes do Partido Republicano Liberal (PRL): Ernani Sátiro, Fernando Pessoa e Severino Lucena; o PP assumiu esse lugar institucional que congregou os políticos locais aliados ao regime varguista, quando garantiram a indicação de Argemiro de Figueiredo como governador. Já o PRL votou nulo na votação que consagrou Argemiro de Figueiredo. (SANTOS; SANTOS NETO, 2020. p. 13)

Assim, os principais cargos legislativos paraibanos foram ocupados por membros do PP, tanto na Assembleia Legislativa na Paraíba, quanto na Câmara e no Senado, e, a partir de 1935, tivemos no comando do governo da Paraíba um outro membro do PP, Argemiro de Figueiredo. Seus principais chefes e representantes políticos estavam em cargos de poder: Argemiro no governo do Estado e José Américo de Almeida no Senado direcionavam a

política paraibana, enquanto seus correligionários garantiam, através de seus cargos, a configuração das relações políticas embasadas nas atividades de seus chefes.

Quando comparamos o perfil da elite política paraibana a partir de 1930, vemos uma permanência na consolidação de velhos hábitos desse perfil. Embora na década de 1930 possamos identificar uma oscilação baixa entre os representantes eleitos que possuíam formação em Direito, a atividade econômica ligada à terra, a prática profissional da política e a presença de tradição familiar combinaram-se em seguidos processos de reeleição ou eleição para outros cargos políticos. Nas décadas de 1940 e 1950 podemos perceber todos esses aspectos combinados e impulsionando uma maior quantidade de representantes que se mantêm no poder, como podemos observar a seguir.

Quadro 2 - Perfil dos candidatos eleitos de 1934 a 1958

ANO	FORMAÇÃO SUPERIOR EM DIREITO	PRINCIPAL ATIVIDADE ECONÔMICA	TRADIÇÃO FAMILIAR	MANDATOS ANTERIORES OU POSTERIORES
1934-1937	48,3% dos estaduais 77,8% dos federais	PROPRIETÁRIOS RURAIS: 59,4% dos estaduais	POSSUÍAM: 18,75% dos estaduais e 22,2% dos federais	46,9% dos estaduais 77,8% dos federais
1947	51% dos candidatos eleitos	PROPRIETÁRIOS RURAIS: 40% dos estaduais	POSSUÍAM: 72,5% dos candidatos eleitos	66% dos candidatos se reelegeram
1950	37% dos candidatos eleitos	PROPRIETÁRIOS RURAIS: 38% dos estaduais	POSSUÍAM: 96% dos candidatos eleitos	84% dos candidatos se reelegeram
1954	30% estaduais e 82% federais	PROPRIETÁRIOS RURAIS: 38,1% dos candidatos eleitos	POSSUÍAM: 73% dos candidatos eleitos	84% dos candidatos se reelegeram
1958	30% estaduais e 66,3% federais	PROPRIETÁRIOS RURAIS: 30% dos estaduais e 66,3 % dos federais que atuam como juristas também	POSSUÍAM: 60% dos estaduais possuíam e 81,8% dos federais	55% dos candidatos estaduais e 90,9% dos federais se reelegeram

Fonte: Quadro atualizado retirado de SANTOS, Mariana Karen Alves dos; SANTOS NETO. *O conjunto social e as estratégias de poder dos Deputados estaduais eleitos em 1933/1934*. Relatório Final. Programa de Iniciação Científica (PIBIC/UFPB). João Pessoa: UFPB, 2022. p. 09 e 10.

Isso mostra que, apesar das medidas implementadas por Vargas para conter as influências e as participações das elites políticas oligárquicas locais nas políticas estaduais, na Paraíba, o período apresenta uma oscilação dessas elites nos cargos políticos, mas que não se sustenta a ponto de interferir nas relações construídas posteriormente.

O que houve de mudança substancial ao longo do tempo, foi quando se instaurou, a partir de 1945, a regulamentação dos partidos políticos e algumas reformas eleitorais que ampliaram a quantidade de votantes alfabetizados e o retorno das atividades da Justiça Eleitoral. A partir de 1947 tem-se acentuada intensificação a inserção do casamento inter-elites, visível nos anos eleitorais seguintes como forma de solidificar alianças políticas e econômicas (SANTOS; SANTOS NETO, 2021. p. 22).

Implica dizer que, a partir da década de 1940, houve uma retomada dessas elites, que possuem o perfil aqui destacado neste trabalho, aos cargos públicos. Com esse retorno, temos a efetivação expressiva de mais de 80% de reaproveitamento dos cargos, aumentando a rede de influência dessas elites que culminou em uma quase total reeleição desses mesmos nomes.

3. PALAVRAS DE PODER: O DISCURSO POLÍTICO NA PARAÍBA PÓS-1930

Com a instauração da Assembleia Constituinte Estadual e a eleição de Argemiro de Figueiredo como governador do Estado, a hegemonia política da Paraíba passou pelo desenho político dos integrantes do Partido Progressista – PP, que possuía o maior número de representantes na Assembleia, e seus chefes Argemiro de Figueiredo e José Américo de Almeida, em cargos a nível estadual e federal⁴⁵.

Fica evidente, então, que as personalidades políticas mais influentes no estado, José Américo de Almeida e Argemiro de Figueiredo, permaneceram como figuras centrais nas relações de poder entre os representantes políticos, não só por estarem dentro do partido que detinham uma grande concentração de cargos políticos, mas por possuírem um capital simbólico que estabelecia os aspectos de credibilidade, legitimidade e arregimentação de massas por meio do discurso ou exercício do poder (BOURDIEU, 1998).

Pelas relações políticas estabelecidas por ambos, foi possível identificar as características mais importantes para construção de um *espaço de poder* e de uma *identidade política*, pois ambos apresentaram os indicadores que a elite paraibana possui: 1- formação superior em direito; 2- possuíam tradição familiar ou parentela de influência política em determinado local, neste caso, respectivamente, Areia e Campina Grande, nas regiões do Brejo e Agreste paraibano; 3- tem suas bases econômicas ligadas à terra.

A importância do discurso nesse cenário fez com que o representante político conseguisse se conectar com o povo e com seus pares, utilizando de estratégias linguísticas, que elucidavam o conhecimento sobre o aparelhamento estatal e os problemas que o estado enfrentava para garantir seus interesses. O desenho político da Assembleia Legislativa neste período (1930-1937 e 1945) caracterizava uma estrutura de relações de poder que não fugiu ao *status* até então percebido na costura da representatividade legislativa estadual.

A questão da inserção do *discurso político*⁴⁶ como um fator essencial nas disputas de poder deve ser compreendida a partir da incorporação do voto e de um sistema eleitoral. O discurso já era algo importante na Primeira República (1889-1930), pois servia como um mecanismo de afirmação do compromisso entre os grupos de poder, por se tratar de um meio utilizado entre os políticos e entre seus pares.

⁴⁵ Governador e Senador, respectivamente.

⁴⁶ Entende-se por discurso político, neste trabalho, a perspectiva do termo utilizado por Patrick Charaudeau em seu estudo sobre *as estratégias do discurso político* presente no livro “Discurso Político” do ano de 2013.

Quando houve a implementação de um sistema eleitoral para legitimar a eleição de um candidato para determinado cargo, através da maioria do número de votos, fez-se fundamental a inserção de um *discurso político* com a finalidade de consolidar os votos necessários para eleger-se. Isso se deveu ao fato de que as eleições durante a Era Vargas (1930-1945), com a ampliação dos votantes, exigiram uma oratória para além daquela exercida entre os pares, discurso esse que passou a ser somado às características de poder das elites políticas. As falas deveriam ser direcionadas ao povo, que adquiriu um papel importante no esquema representativo da política brasileira.

A ampliação do número de votantes serviu para além da garantia de direitos ao povo, como uma forma de conceder mais ‘trabalho’ às elites, pois deveriam convencer o povo de que eram as figuras certas para representá-los. Entretanto, a classe dominante usou de seu prestígio para moldar a representação política como algo de elite, fazendo disso um lugar do qual a ela pertence.

Na medida em que houve a apropriação do pensamento de incapacidade das massas exercerem tais funções políticas por não terem o que é necessário para conquistá-la, ou seja, uma oratória de excelência adquirida através de altos padrões educacionais e um vasto conhecimento do funcionamento da sociedade e do Estado, pois estão dentro dos monopólios econômicos e políticos, os políticos forneceram o sentimento de incapacidade popular para tal condição.

Dessa forma, o político, principalmente o profissional, devia reger seu discurso para demonstrar capacidade, conhecimento e identificação com a sociedade, conquistando-a a fim de legitimar sua posição nas casas legislativas de representação política. Para além disso, ainda devia se manter firme quanto aos compromissos firmados com seus pares, que lhe garantiriam apoio no jogo político para a garantia de seus interesses.

Através das dinâmicas discursivas, podemos perceber que há uma *dupla identidade discursiva* que, considerando o contexto do pós-1930, se percebe pela tentativa de se constituir como sujeito de um pensamento de transformação, ligada à sua prática política. Logo, um sujeito que se coloca como intérprete do processo a partir do seu lugar institucional, o eu-nós como elemento de uma *identidade singular-coletivo*⁴⁷ (SANTOS; SANTOS NETO, 2020).

Os discursos políticos, constatados através das atividades legislativas dos representantes estaduais nas atas da Assembleia Legislativa da Paraíba, possuem duas

⁴⁷ CHARAUDEAU, Patrick. As estratégias do discurso político. In: _____. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 79 e 80.

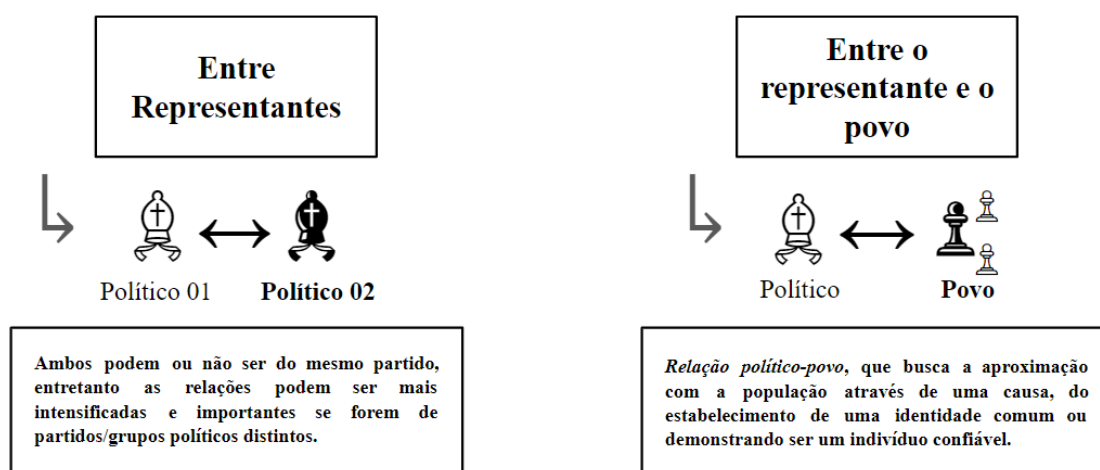
relações estratégicas: *entre representantes*, que diz respeito aos discursos da tribuna transcritos nas Atas; e entre o representante e o povo, que chamaremos de *relação político-povo*, que formam as *duplas identidades discursivas*.

Ambas as relações se caracterizam de forma muito distinta. Quando observamos as estratégias de um discurso entre representantes políticos, percebemos a intenção de ajustar-se de modo a consolidar uma rede de apoio ao seu interesse dentro da entidade legislativa e de se juntar aos demais, sejam estes de diferentes setores ou partidos, para estabelecer alianças, que tenham por fim aspirações políticas e benefícios pessoais.

Já no caso da *relação político-povo*, o discurso necessita de outro tipo de estratégia, ou seja, aquela que busca estabelecer uma identidade social e que precisa de todo um histórico do político para conseguir criar esse vínculo, um *capital social*⁴⁸ que leve o representante eleito a atender às expectativas dos eleitores através do uso de ferramentas como a *formação superior* ou *tradição familiar*, para legitimar e construir o seu *espaço de poder*.

É como se essas relações pudessem ser representadas como um jogo de xadrez, onde as peças têm suas ordens de importância na hierarquia do jogo e, quando combinadas, podem levar à vitória de um grupo de peças sob o outro. O arranjo de jogadas na perspectiva de um candidato que possui um perfil de elite e um discurso político articulado levava-o a eleger-se, como podemos ver na representação das relações estratégicas dos discursos a seguir.

Imagem 1 - Relações estratégicas do Discurso Político



Fonte: Elaborado através das pesquisas realizadas pela autora durante a vigência de suas atividades no PIBIC/PROPESQ-UFPB, entre os anos de 2018 a 2022.

⁴⁸ O *Capital social* pode ser definido como “caderno de endereços” ou “rede de relações” que, além de ligar entre si os membros de um grupo político através do *habitus* comum a eles, também mobiliza uma rede duradoura de relações estabelecidas na sociedade através de conexões entre famílias e espaços públicos frequentados como colégios, clubes, eventos etc. (MARTIN in CATANI, 2017, p. 113).

A Assembleia Legislativa da Paraíba (AL-PB) possui, em seu arquivo, apenas 03 livros de atas, onde constam as atividades dos representantes estaduais na Era Vargas. Sabendo que as instituições legislativas foram fechadas com o Estado Novo (1937-1945), os livros de atas disponíveis no arquivo datam até 1936.

Os 3 livros que constam no arquivo da Assembleia, são: o AL-12⁴⁹ de 1935, onde constam as atividades parlamentares de 22 de janeiro de 1935 a 18 de novembro do mesmo ano; AL-13, uma continuação, partindo da última data do registro anterior até 11 de dezembro do referido ano e, por último, a AL-18 referente ao ano de 1936 a partir de 27 de setembro a 28 de dezembro.

As atas, de certo, possuem uma continuidade. No entanto, apenas esses 3 livros estão disponíveis no arquivo da Assembleia Legislativa da Paraíba. É importante estar ciente de que o conteúdo desses documentos é muito diverso e apenas alguns fragmentos demonstram as discussões de caráter político que analisamos neste estudo.

Entre as atividades registradas, tivemos a demonstração da importância hierárquica da formação superior dentro das disposições na Casa Legislativa. O título de ‘doutor’ foi amplamente utilizado para referir-se aos deputados presentes, exceto aqueles que não o possuíam. Ademais, termos jurídicos também foram recorrentes nos discursos descritos, como é o caso do termo *ad nutum*⁵⁰, que, no determinado contexto, fora utilizado para justificar que a suplência de um de seus colegas não poderia ser efetiva, pois o cargo que este estaria exercendo paralelo ao de deputado é demissível, portanto, não era sólido como o legislativo. Considerando isto, não seria necessário recorrer a uma suplência (SANTOS; SANTOS NETO, 2020).

Considerando o uso de termos jurídicos ou que remetem a uma formação superior, há utilização de palavras cultas, que também devem ser vistas como uma estratégia de distinção entre os demais colegas. A preferência pelo uso de um discurso mais formal serviu como um demonstrativo de superioridade entre os pares e, até mesmo quando utilizados publicamente, conferem a mesma finalidade.

Através dos livros de atas, foi possível observar a presença mais clara e objetiva do personalismo político no pós-1930, quando, em uma sessão legislativa, o deputado Duarte e

⁴⁹ Para compreender a legenda, é necessário entender que: **AL**, significa **Assembleia Legislativa** e **12** é a identificação do **volume** dos livros de atas, em seguida temos a indicação do ano a que se refere o registro de atividades parlamentares.

⁵⁰ Termo jurídico. Consultado em: <https://www.direitonet.com.br/dicionario/exibir/891/Ad-nutum>. Acesso em 28 de novembro de 2019.

Lima (PP) demonstrou profunda insatisfação com a informação da possibilidade de José Américo de Almeida se retirar do PP, indicando um possível afastamento da política. O deputado pediu que fosse enviada, em nome da Assembleia Legislativa, um apelo para o senador, pedindo para que continue suas atividades na política paraibana.

Outro colega de partido, Odilon Coutinho (PP), manifestou-se de forma a destacar que abandono da vida política por José Américo tratava-se, sem dúvidas, de um fenômeno político que estremeceria a Paraíba inteira, expressando em sua fala a admiração e respeito que têm por seu colega e chefe de partido:

“A Parahyba quer, por uma vontade decidida e forte, que o braço invencível de José Américo, que a conduziu nos dias terríveis da revolução de 30, que arrancou das guerras da fome, no período calamitoso da secca do nordeste, que a guiou com intelligencia superior nas possibilidades eleitoraes, para a grande victoria do pleito em 14 de Outubro, seja vinda o mesmo braço de José Américo a conduzir-a nesta phase muito agitada, muito cheia de accidentes politicos no reajustamento politico da nação. Eu entendo, sr. Presidente, que a Constituinte Parahybana em nome do povo e das forças politicas do Estado, que representa, devem endereçar o quanto antes ao sr. José Américo um vehemente appello, solicitando de Sua Excelência, da magnanimidade do seu coração de parahybano, da sua alma retemperada de civismo e de amor da sua patria, a honrosa desistencia de tal proposito, a revogação do acto de sua vontade. O dr. José Américo não pode, não deve abandonar a suprema orientação da política da Parahyba. Sua Excelencia que até agora tem legado a sua Parahyba e ao Brasil o melhor de suas energias que se ha devotado com o maximo carinho e interesse á sua terra para a vida e para a morte, deve receber desta Assembleia Constituinte que é a mais alta corporação politica do Estado, a solicitação ao que lhe faz a Parahyba pela honra e felicidade dos seus destinos.” (Sessão do dia 04 de fevereiro. Assembleia Constituinte, AL-12, 1935, p. 37)

Entretanto, os membros oposicionistas não estavam presentes, em sua maioria, neste momento. Mesmo que em pouco número, os 3 deputados do PRL insistiram em fazer suas cadeiras valer de oposição às decisões de seus colegas de Casa. Na sessão seguinte, o deputado Severino Lucena (PRL) demonstrou aborrecimento em relação ao requerimento aprovado e pelo telegrama endereçado a José Américo. Ressalta, ainda, que o telegrama enviado não contempla os desejos de todos os eleitos, portanto não deveria ser assinado como mandado pela Constituinte, até porque os três deputados da oposição não estavam presentes e não votaram sobre esta unidade. Os deputados da oposição votariam contra, não por desavenças políticas, mas, por acharem que não era finalidade da Assembleia tratar desses assuntos (SANTOS, SANTOS NETO, 2020. p. 17).

Houve tentativas de manter os conflitos sempre presentes entre ambos os partidos. Durante uma das sessões analisadas é possível verificar a dificuldade de os oposicionistas manterem sua posição contra o governo estadual, visto a pouca abrangência de seus ideais no seio legislativo.

O deputado Fernando Pessoa (PRL) expôs uma de suas leituras em um jornal do Rio de Janeiro em que o deputado federal Mathias Freire colocou que a oposição na Paraíba não estava conseguindo manter sua posição de contradição, alegando que os colegas opositores já frequentavam o palácio do governo. Dito isso, ficava subentendido a ideia de que até os oposicionistas já estavam mantendo a ‘paz’ com o governo, por uma ação pacificadora de Argemiro de Figueiredo. Sentindo-se confrontado com tal exposição, Fernando Pessoa (PRL), que esteve no Palácio do Governo, buscou justificar sua ida como:

“parte de seu ofício e que irá quantas vezes for necessário, pois o mesmo é representante do povo e fora lá por dois motivos: 1º para defender os trabalhadores industriais de Itabaiana, que sofriam retaliações por parte do prefeito, e que foi ainda para cobrar do governador do estado providências contra a invasão do senhor Delegado de Polícia no seu município. Ainda ressalva que seus colegas não ficassem surpresos se no futuro ele se solidarizasse com o governador, mas isso só aconteceria se o mesmo desenvolver a instrução e fomento a agricultura, além de amparar a indústria e o comércio. Citou ainda que nos governos de João Pessoa, Anthenor Navarro e Gratuliano de Britto manteve-se independente, no último chegou até a ser líder da oposição, assim, se o mesmo quisesse se beneficiar do governo atual estaria sentado com os colegas do Partido Progressista (PP) e não do lado da oposição”. (Sessão do dia 14 de março. Assembleia Constituinte, AL-12, 1935. p. 74 e 75)

Além disso, outro discurso importante a ser analisado é o da posse de Argemiro de Figueiredo como governador do estado. Com ele podemos observar a *dupla identidade discursiva* em ação: durante toda sua fala, houve a preocupação em se articular com seus pares, mas também com o povo.

O discurso de Argemiro foi pautado em uma dualidade de recursos linguísticos, permeando entre uma linguagem mais formal, que demonstrava pleno conhecimento do aparelhamento estatal, e uma mais simplista, que buscava a construção de uma imagem de “político elucidador” que se aproximava do povo e que sabia dos problemas mais técnicos que a Paraíba enfrentava (SANTOS; SANTOS NETO, 2020).

Ao passo em que pretendeu atingir positivamente os anseios da população, seu discurso buscou atingir os interesses das elites paraibanas, seus pares, sobretudo da elite agrária, quando assegurou o investimento na base da economia paraibana, voltada para o setor agropecuário.

“Ninguém ignora que constituímos ainda um povo sem organização economica. Basta, numa palavra, salientar que a vida do Estado esta a depender dum elemento unico da sua lavoura, e este mesmo instavel na produção e no valor perante os mercados consumidores. É do algodão de onde extrahimos quasi 80% da nossa receita publica. Quer dizer, senhores, que por um desses phenomenos naturais na economia do mundo fosse desprestigiado esse ramo da nossa riqueza, ou se, mesmo valorizado, nos privasse-mos delle por força das incertezas de nossas condições

climáticas, teríamos de assistir o profundo desequilíbrio financeiro, que só seria ammenizado pelo recurso extremo dos empréstimos. Urge⁵¹, pois, que o governo ponha em prática seus máximos esforços para a organização e estabilidade da nossa vida econômica. Fomente outras fontes de riqueza pública, utilizando para tanto as inexauríveis possibilidades do nosso solo, que bem se presta ao serviço de todas as culturas. Não deixe sem continuidade a solução desse problema tão bem encaminhados pelos governos antecessores. Mas não esqueça, antes de tudo, que só poderemos atingir a esse estado de organização perfeita pelos milagres da educação. Poderemos possuir o melhor aparelhamento técnico para os cuidados de uma lavoura cientificamente orientada.” (Sessão do dia 28 de janeiro. Assembleia Constituinte, AL-12, 1935. p. 19)

É notório que Figueiredo explica seus pontos para que o povo consiga compreender a essência de seu discurso, passando confiança e um pleno conhecimento do cotidiano paraibano. Isto aproximava o político do povo, criando uma relação pautada na segurança de que o representante saberia tomar as melhores medidas para a sociedade. Reforça, ainda, o compromisso com as elites agrárias, que formam a elite política tradicional, que se mostravam insatisfeitas com o protagonismo das elites emergentes ao redor da capital paraibana, na qual estavam recebendo boa parte dos recursos de um governo centralizador e desenvolvimentista.

Além disso, a pauta econômica recorrente nas atividades da Assembleia Legislativa se fazia extremamente relevante, uma vez que reconhecemos que a elite econômica paraibana também compunha a elite política do estado, portanto houve uma busca constante na garantia de seus interesses por subsídios do governo.

O setor agrário, reconhecido por Argemiro de Figueiredo como a base da receita do estado paraibano e deveria ser amplamente subsidiada pelo seu governo, encontra-se presente na sessão do dia 21 de novembro de 1935, onde houve a fixação do projeto orçamentário que visava a importância de se determinar a renda própria e o tratamento especial do estado no que tange ao fomento à agricultura na Paraíba.

“Vem a tribuna o senhor Duarte Lima que justifica e apresenta o seguinte projeto, que vai à comissão de Fazenda e Orçamento - Projeto número 58: A assembleia legislativa do estado da Parahyba, decreta: Artigo 1º - fica cercado o fundo de fomento da agricultura que terá renda própria e, no Tesouro, escripta especial. Art. 2º - o fundo de fomento da agricultura, destinado exclusivamente a auxiliar a lavoura, contará com um depósito que lhe destinará o Governo do Estado até a importância de 2000 contos de Réis e mais com as seguintes [palavra ilegível] desde já instituídas: a) r\$ 20 por quilo de algodão em caroço; b) r\$ 20 por quilo de arroz em casca; c) r\$ 10 por quilo de batatinha; d) 10 réis por quilo de assucar ou rapadura; e) 20 réis por quilo de fumo de estufa; f) 50 Réis por quilo de fumo de galpão; g) r\$ 50 por quilo de fumo em corda; h) 20 réis por litro de álcool; i) r\$ 20 por litro de aguardente. As taxas do presente artigo serão arrecadados do produto no 11 acto da venda do produto. Artigo 3º - nos termos do artigo 2º fica desde já o governador do Estado autorizado a depositar em caixa especial, no Thesouro, a quantia a que se refere o mesmo artigo, contando para isso com o saldo orçamentário

⁵¹ Urge = urgente. Saber mais em: <https://www.dicio.com.br/urge/>. Acesso em 28 de novembro de 2019.

do presente exercício. Art. 4º - o fundo de fomento da agricultura instituído no presente decreto só poderá ser aplicado no financiamento da lavoura e sobre a taxa máxima de 3% ao anno. Parágrafo único. Fica o governador do Estado autorizado a baixar o regulamento das operações a que se refere o artigo 4,º deste decreto. Art. 5º - revogam-se as disposições em contrário. Senhores das sessões em 21 de novembro de 1935. Assinado por: Duarte Lima, Raymundo Vianna, Américo Maia, Fernando Nóbrega, José Antonio, Octavio Amorim, Rodrigues de Aquino, Tertuliano de Brito e Pedro Ulysses” (Sessão do dia 21 de novembro. Assembleia Constituinte, AL-13, 1935. p. 41 e 42)

Percebe-se ainda que os próprios assinantes e participantes da comissão, que levava os decretos orçamentários importantes à Fazenda, foram alguns beneficiários dessa própria medida, compreendendo, assim, a garantia de interesses econômicos que favoreciam os representantes estaduais participantes de tal atividade legislativa.

Argemiro de Figueiredo demonstrava total conhecimento das enfermidades que assolavam a Paraíba, desde o sertão ao litoral, e utilizou dessas questões em seu discurso, afirmando que a assistência social era uma das pautas principais de seu governo (SANTOS; SANTOS NETO, 2020).

“Uma população vencida pela doença, atacada continuamente pelos males endêmicos e epidêmicos, perde a alegria de viver, tem abatidas as condições virilidade da raça, torna-se inútil e improdutivo; esteriliza-se pelas deficiências orgânicas e psíquicas para todas as conquistas da humanidade. Logo que se reanimem as possibilidades financeiras de Estado, de modo que possa o poder público atender melhor as necessidades coletivas, é mister⁵², a execução de um plano prophylactico bem orientado no sentido technico e pratico condizente com a defeza da população das zonas do littoral, brejo e caatinga, onde grassam assustadoramente o impaludismo, a boubá⁵³, o amarellão⁵⁴ e o trachema⁵⁵, doenças contra as quaes pela deficiencia de recursos, tem sido possivel tão somente empregar os recursos de uma prophylaxia medicamentosa. Parece-me ainda de fecundos resultados a installação de centros de saúde regionaes, com serviços de cirurgia, clinica geral e assistencia hospitalar [...] Todos sentem tambem a conveniência de uma eficaz actuação do poder publico em sistematizar o serviço de assistencia social.” (Sessão do dia 28 de janeiro. Assembleia Constituinte, AL-12, 1935. p. 24)

Nas considerações finais do discurso, Argemiro de Figueiredo fez o uso de uma frase que demonstrou plena sabedoria e conhecimento de todos os principais problemas que a Paraíba enfrentava: “A Parahyba, senhores, tem todas as suas necessidades à luz do sol. A

⁵² *Mistér* = necessário. Saber mais em: <https://www.significados.com.br/mister/>. Acesso em: 28 de novembro de 2019.

⁵³ *Bouba* = doença tropical de pele, causada pela bactéria *Treponema pertenue*. Saber mais em: <https://www.cpqrr.fiocruz.br/pg/a-bouba-em-minas-gerais-uma-doenca-do-passado/>. Acesso em 28 de novembro de 2019.

⁵⁴ *Amarellão* = Ancilostomíase - infecção que ataca o intestino. Saber mais em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/por-que-as-doencas-intestinais-causadas-por-vermes-ainda-persistem-no-brasil/>. Acesso em: 29 de janeiro de 2022.

⁵⁵ *Trachema* = Tracoma - doença infecciosa do globo ocular. Saber mais em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/t/tracoma-l#:~:text=O%20que%20%C3%A9%20tracom a%3F,b%C3%A1sico%20e%20acesso%20%C3%A0%20C3%A1gua>. Acesso em: 29 de janeiro de 2022.

solução de seus problemas exige apenas o bom senso dos governantes e a continuidade nos serviços administrativos”⁵⁶, induzindo a uma sensação de tranquilidade ao público por ter um político que sabia do que o estado necessitava (SANTOS; SANTOS NETO, 2020).

Outro fator a ser mencionado acerca dos discursos é o caráter apelativo. O apelo emocional ao povo é bastante utilizado, afinal “o político deve fazer uso de todas as estratégias disponíveis para fazer com que o maior número de cidadãos adira a suas ideias, a seu programa, a sua política e a sua pessoa” (CHARAUDEAU, 2013), empregando elementos do cotidiano da sociedade a fim de conquistar a confiança da população. Naquele momento, os meios usados para atrair tais sentimentos eram, principalmente, a seca e as doenças, considerando que saúde e educação sempre foram setores imprescindíveis a serem pautas de grande destaque nos discursos políticos.

Com isso, compreende-se que os discursos se fizeram úteis ao povo e, ao mesmo tempo, buscavam realocar as bases de continuidade de uma representação de poder simbolicamente percebida como padrão. Se utilizado o discurso de dupla identidade discursiva, o político consegue atingir seus pares e, também, o povo, promovendo relações com ambos.

Neste contexto, embora estivesse imersa na percepção de certo rompimento com o modelo político da Primeira República (1889-1930), a base do perfil dos representantes estaduais ainda permaneceu, mesmo que com dificuldades. Houve uma adaptação para atender às novas demandas e possibilitar a sobrevivência das mesmas, promovendo novos rearranjos políticos e usando de novas estratégias necessárias para captar mais relações que fortalecessem o poder simbólico da elite política paraibana.

⁵⁶ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA. *Livro Atas da Assembleia Legislativa (1935)*. Vol. 12 (AL-12). João Pessoa, 1935. p. 25.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a Paraíba da Primeira República (1889-1930), tivemos a consolidação de uma rede clientelista, baseada no sistema coronelístico em vigor que formava uma ligação de dependência entre o povo e os coronéis. Estes, por sua vez, se apoderaram dos espaços políticos para garantir e ampliar sua influência no Estado e nas relações políticas e econômicas que os cercaram.

Dois fatores que não mudaram, essencialmente, ao longo dos anos na política paraibana: a inserção na política para a garantia de interesses e a busca pela consolidação nos espaços de poder através do personalismo político. O *sobrenome* carrega consigo um dos maiores exemplos de *poder simbólico* nos períodos eleitorais.

Passa-se o tempo, mudam-se os atores políticos, mas os sobrenomes continuam os mesmos. O personalismo político vigente na Primeira República, que se adequou de forma a exercer protagonismo na Era Vargas (1930-1945), pode se dissolver com o tempo, principalmente com a institucionalização dos partidos políticos em 1945, onde as forças políticas passaram a se encontrar em meio aos grupos partidários.

Porém, o peso da *tradição familiar* continuou legitimando a sobrevivência das elites familiares na política paraibana. O perfil de um Argemiro de Figueiredo, chefe político caracterizado por um governo personalista, hoje não existe mais, mas sobrevive através da ligação familiar, do sobrenome que seus herdeiros políticos carregam e consolidam nos cargos públicos paraibanos atualmente.

Quando associada às outras características presentes neste trabalho, formação superior em Direito, uma concentração de atividade econômica ligada às produções agrárias e um discurso político que se adequa ao seu público-alvo produzem a fórmula necessária para a sobrevivência política na Paraíba, resultando em inúmeros mandatos e reeleições, formando cada vez mais *políticos profissionais*, consagrando estes ao papel de elite política paraibana.

Na Paraíba pós-1930, entendemos como elites políticas três grupos que necessariamente interligam-se: os de poder remanescentes às oligarquias tradicionais, agrárias, da Primeira República (1889-1930); os de poder econômico e político ligados às usinas e, posteriormente, também em consonância com o surgimento de um grupo dominante burguês da área comercial, advindos do desenvolvimento industrial e urbano; e os grupos formados a partir da união dos dois anteriores, principalmente por ordem de casamento,

unindo tradição e forças econômicas emergentes, disputando o espaço de poder na Paraíba. São os herdeiros destes que permanecem em cargos públicos até os dias atuais.

REFERÊNCIAS

- ABRANTES, Alômia; SANTOS NETO, Martinho G. *Outras histórias: cultura e poder na Paraíba (1889-1930)*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2020.
- AIRES, José Luciano de Queiroz. *A Fabricação do mito João Pessoa: batalhas de memórias na Paraíba (1930-1945)*. Campina Grande: EDUFPG, 2013.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA. *Livro Atas da Assembleia Legislativa (1935)*. Vol. 12 (AL-12). João Pessoa, 1935.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA. *Livro Atas da Assembleia Legislativa (1935)*. Vol. 13 (AL-13). João Pessoa, 1935.
- BARBOSA, Jivago Correia. *A integração dos “Brasis”: José Américo de Almeida e o Ministério de Viação e Obras públicas durante o governo provisório (1930-1934)*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Campina Grande: EDUFPG, 2019.
- BLONDEL, Jean. *As Condições da Vida Política no Estado da Paraíba*. João Pessoa: Assembleia Legislativa/Instituto de Estudos Políticos e Sócios Ulisses Guimarães, 1994.
- BRITO, Flávio Ramalho de. *O Tribuna Castro Pinto e sua época*. João Pessoa: Editora Ideia, 2022.
- BOBBIO, Norberto. “A política: características do poder político”. IN: *O filósofo e a política: antologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2003; p. 139-158.
- BOURDIEU, Pierre. “Os usos do “povo” e “A delegação e o fetichismo político”. IN: *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004; p. 181- 187 e 188-206.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder Simbólico*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- CARNEIRO, Rui. *Rui Carneiro (depoimento, 1977)*. Rio de Janeiro, CPDOC.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. 8ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- CATANI, Afrânio Mendes et al. *Vocabulário Bourdieu*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - (CPDOC)*. NASSER, Thiago Gomide. *Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930)*, verbete: Comissão de Verificação de Poderes. Acesso em 07 de Outubro de 2022.
- CHARAUDEAU, Patrick. As estratégias do discurso político. In: _____. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2013.
- CITTADINO, Monique. *Populismo e Golpe de Estado na Paraíba. (1945/1964)*. João Pessoa: Universitária/UFPB/Ideias, 1998.

CITTADINO, Monique. *Poder local e ditadura militar: o governo João Agripino - Paraíba (1965-1971)*. São Paulo: EDUSC, 2007.

CODATO, Evandir. Apontamentos sobre o personalismo político paranaense. IN: *Diálogos*, v. 3, n. 1, p. 235-261, 1999.

FAORO, Raimundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. 3 ed. São Paulo: Globo, 2001.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, CPDOC. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. 2021. Disponível em: . Acesso em: 02/10/2020.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do Trabalhismo*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005.

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. *A Dança das cadeiras: Análise do Jogo Político na Assembleia Legislativa do Paraná (1889-1930)*. São Paulo: Paco Editorial, 2014.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. *Morte e Vida das Oligarquias-paraibanas: Paraíba (1889-1945)*. João Pessoa: Ed. Universitária. UFPB, 1994.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Editora Companhia das Letras, 2012.

LEWIN, Linda. *Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar*. Rio de Janeiro: Record, 1993.

MARIZ, Celso. *Memória da Assembleia Legislativa*. Departamento de Publicidade, 1946.

MELO, Fernando. *Epitácio Pessoa – uma biografia*. João Pessoa: Ideia, 2005.

MILLS, C. Wright. *A elite do poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

MIOTO, Regina Célia Tamasso; CAMPOS, Marta Silva; CARLOTO, Cássia Maria. *Familismo direitos e cidadania: contradições da política social*. Cortez Editora, 2015.

MONTEIRO, Lorena Madruga. Prosopografia de grupos sociais, políticos situados historicamente: método ou técnica de pesquisa?. *Pensamento Plural*, n. 14, p. 11-21, 2014.

MOREIRA, Márcio Macêdo. *Entre Britos e Gaudêncios: cultura política e poder familiar nos cariris velhos da Paraíba (1930 - 1960)*. Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA. João Pessoa, 2012. p. 39 - 111.

PERISSINOTTO, Renato Monseff. *As elites políticas: questões de teoria e método*. 1 ed. Curitiba: InterSaberes, 2012.

PERISSINOTTO, Renato; CODATO, Adriano Nervo (Org.). *Como estudar elites*. 1. ed. Curitiba: Editora da UFPR, 2015.

RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. *A gangorra do poder (Paraíba – 1889/1930)*. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1989.

SANTANA, Martha M^a Falcão de C. e Moraes. *Poder e Intervenção Estatal - Paraíba: 1930-1940*. João Pessoa: Editora da UFPB, 1999.

SANTOS, Mariana Karen Alves dos; SANTOS NETO. *Coleta de dados documentais dos políticos paraibanos pós 1930: Assembleia Legislativa do estado, TRE e diretórios partidários*. Relatório Final. Programa de Iniciação Científica (PIBIC/UFPB). João Pessoa: UFPB, 2019.

SANTOS, Mariana Karen Alves dos; SANTOS NETO. *Análise e formação da elite política paraibana a partir dos políticos paraibanos eleitos na Paraíba em 1933/1934 e 1945*. Relatório Final. Programa de Iniciação Científica (PIBIC/UFPB). João Pessoa: UFPB, 2020.

SANTOS, Mariana Karen Alves dos; SANTOS NETO. *A eleição de 1958 e os deputados estaduais eleitos: conjunto social, elites e estratégias de poder*. Relatório Final. Programa de Iniciação Científica (PIBIC/UFPB). João Pessoa: UFPB, 2021.

SANTOS, Mariana Karen Alves dos; SANTOS NETO. *O conjunto social e as estratégias de poder dos Deputados estaduais eleitos em 1933/1934*. Relatório Final. Programa de Iniciação Científica (PIBIC/UFPB). João Pessoa: UFPB, 2022.

SANTOS NETO, Martinho Guedes dos. *Os domínios do Estado: a interventoria de Anthenor Navarro e o poder na Paraíba (1930-1932)*. Campina Grande: EDUEPB, 2018.

SANTOS NETO, Martinho G. dos; SILVA, Waniéry Loyvia de Almeida. *Regime de Interventorias: política e sociedade na Paraíba da Era Vargas (1930-1945)*. João Pessoa: Editora UFPB, 2020.

SILVA, Auricélia Maria da. *De louco e cangaceiro a valente destemido: as representações sobre o coronel José Pereira na Guerra de Princesa (PB)*. Dissertação (Mestrado em História). João Pessoa: PPGH/UFPB, 2020.

SILVA, Jean Patrício da. *A construção de uma nova ordem: análise da interventoria de Rui Carneiro no estado da Paraíba (1940-1945)*. Dissertação (Mestrado em História). João Pessoa: PPGH/UFPB, 2013.

SILVA, Márcia da. *Poder local, ideologia e representações sociais*. Mercator, Fortaleza, v. 13, n. 2, p. 39-51, mai./ago. 2014.

SILVA, Waniéry Loyvia de Almeida. *Autoritarismo, repressão e propaganda: A Paraíba no governo de Argemiro de Figueiredo (1937-1940)*. Dissertação (mestrado em História). João Pessoa: UFPB/Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, 2017.

SOUSA NETO, Bento Correio de. *Governo interventorial e relações de poder na Paraíba pós-1930: A administração de Gratuliano Brito (1932 – 1934)*. 2016. 242 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

STONE, Lawrence. Prosopografia. *Revista de Sociologia e Política*, v. 19, p. 115-137, 2011.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA. Resultados de eleições. 2021. Disponível em: <https://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>. Acesso em: 22/09/2020.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da política do café com leite*. Belo Horizonte: Trato fino, 2012.